



BEMOBI

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A REALIZAR-SE DE MODO EXCLUSIVAMENTE
DIGITAL EM 29 DE ABRIL DE 2022**

BEMOBI MOBILE TECH S.A.
CNPJ/ME nº 09.042.817/0001-05
NIRE 33.3.003352-85
Companhia de Capital Aberto

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA A SER REALIZADA POR MEIO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL**

Prezados Senhores Acionistas,

Conforme edital de convocação e manual da assembleia divulgados nesta data, os acionistas da Bemobi Mobile Tech S.A. ("Companhia") são convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 15:00 horas, por meio exclusivamente digital. Conforme os termos do art. 4º, § 3º da Instrução da CVM nº. 481/2009, será considerada como ocorrida na sede da Companhia, localizada no Município e Estado do Rio de Janeiro, Rua Voluntários da Pátria, n.113, 4º Andar, Botafogo. A Assembleia Geral é convocada a fim de deliberar sobre o seguinte: **Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária:** 1 - deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 3 - fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; 4 - deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024; 5 - eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; e, 6 - deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração.

Assim, apresentamos a seguir a Proposta da Administração da Companhia, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), contendo os documentos e informações pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

ÍNDICE

1 - deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

1.1 - Relatório dos Auditores Independentes

2 - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a distribuição de dividendos;

3 - fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022;

4 - deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024;

5 - eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia;
e

6 - deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração.

7. Conselho Fiscal

8. Manual de Participação na Assembleia Geral.

Anexo I - Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 (Destinação do Lucro Líquido)

Anexo II – Comentários dos administradores

Anexo III – Informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração da presente Proposta.

Anexo IV – Informações sobre remuneração da administração

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

1. deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Propomos que sejam aprovados pela Assembleia Geral o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do último exercício, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas de suas notas explicativas, os quais foram enviados à CVM, por meio do Sistema Empresas.NET em 16 de março de 2022, e publicado no jornal “Monitor Mercantil” na mesma data, bem como encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (ri.bemobi.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

Informa-se, ainda, que o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (Formulário DFP) da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi encaminhado à CVM pelo Sistema Empresas.NET em 16 de março de 2022, estando, igualmente, disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

1.1 - Relatório dos auditores independentes

Apresentamos a seguir o relatório dos auditores independentes da Companhia (Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes) sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o qual foi enviado à CVM, por meio do Sistema Empresas.NET em 16 de março de 2021, e publicado no jornal “Monitor Mercantil” em 16 de março de 2021, bem como encontra-se disponível na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (ri.bemobi.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Bemobi Mobile Tech S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bemobi Mobile Tech S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Bemobi Mobile Tech S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

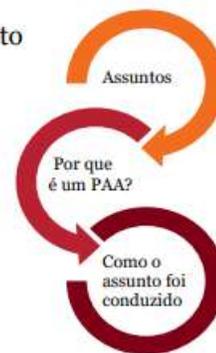
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bemobi Mobile Tech S.A. e da Bemobi Mobile Tech S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura (Notas 3.1 e 13)

A Companhia possui saldo relevante de ágio fundamentado em rentabilidade futura. A avaliação do valor recuperável (teste de *impairment*) é realizada ao menos uma vez por ano por meio de uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ágio se relaciona.

A projeção de fluxos de caixa futuros é preparada com base nos orçamentos aprovados pela administração e considera informações internas e externas projetadas. Sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas às projetadas pela Companhia, com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o confronto das premissas significativas utilizadas no teste de *impairment* com o Plano Orçamentário aprovado pela Companhia, avaliação da razoabilidade do modelo de cálculo e teste da exatidão matemática dos cálculos.

Com o apoio de nossos especialistas em projeções financeiras, também efetuamos a avaliação da razoabilidade das premissas significativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, incluindo a análise retrospectiva das projeções preparadas pela administração e teste de sensibilidade sobre essas premissas significativas utilizadas nas projeções

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações sobre o teste de *impairment* nas notas explicativas.

Em razão dos aspectos acima mencionados esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia para fins de avaliação do valor recuperável do ágio são razoáveis, e que as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

Aquisições de controladas (Notas 1.3 e 1.4)

Conforme mencionado na Nota 1.3, em 31 de agosto de 2021, a administração da Companhia adquiriu, por intermédio da Tulari Spain Sociedad Limitada, 100% do capital social da Zonamovil Inc.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 1.4, em 3 de novembro de 2021, a administração da Companhia adquiriu 100% do capital social da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A., que por sua vez possui ações que representam 100% do capital social da M4 Produtos e Serviços S.A.

A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo da contraprestação transferida, o valor

Efetuamos a leitura dos contratos de compra e venda das adquiridas, bem como dos laudos de alocação do preço de compra utilizados na determinação do valor justo das investidas, elaborados por avaliadores externos contratados pela Companhia.

Com apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das premissas relevantes incluídas nos modelos elaborados pelos avaliadores externos, comparando-as com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado.

Porque é um PAA

justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Esse processo foi conduzido pela administração da Companhia e envolveu, inclusive, a contratação de avaliadores especialistas externos.

Devido ao alto grau de julgamento e complexidade envolvidos no tema, além do uso de premissas críticas na mensuração do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, incluindo as marcas, carteiras de clientes e tecnologia, e na estimativa da contraprestação contingente, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Também testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado. Nossos procedimentos incluíram a avaliação da competência técnica, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia, para a avaliação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Consideramos que os julgamentos e premissas críticas adotados pela administração no cálculo do valor justo dos ativos líquidos das investidas adquiridas, bem como as estimativas das contraprestações contingentes, são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com os dados e as informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

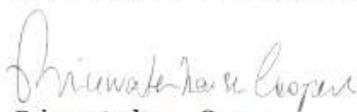
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

6AEC1DF6D53D45A...
Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0

2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a distribuição de dividendos, conforme detalhado na Proposta da Administração.

Propõe-se que, conforme os termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, cujo montante foi de R\$ 75.348.957,79, 5%, ou seja R\$ 3.767.447,89, sejam destinados à reserva legal, observado o limite legal. Ainda, que do saldo remanescente do lucro líquido, que (a) 25%, ou seja R\$ 17.895.377,48, sejam destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a R\$ 0,20235653 por ação; e (b) o restante seja destinado à Reserva de Investimentos, que terá por fim assegurar a manutenção do nível de capitalização, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro da Companhia, suas controladas e/ou coligadas.

3 - fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022

Propomos que a remuneração global dos administradores da Companhia, ou seja, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, para o exercício de 2022 seja fixada no valor de até R\$ 18.100.000,00, a ser distribuído pelo Conselho de Administração nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia.

Esclarece-se que tal montante não engloba os encargos sociais de ônus da Companhia, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), no sentido de que os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.

A remuneração global dos administradores proposta para o exercício social de 2021 foi de até R\$ 6.950.000,00, também líquida dos encargos sociais. O acréscimo proposto no valor da remuneração global dos administradores para o exercício de 2022 justifica-se, principalmente, (i) pela consideração de 4 (quatro) diretores, sendo que no exercício social de 2021 foram considerados 3 (três) diretores; (ii) a companhia está em crescimento e processo de aquisições e internacionalização, tendo alterado a composição de sua diretoria estatutária, agregando profissionais com maior capacidade e experiência, o que elevou o montante da remuneração da diretoria se comparado com o ano anterior; (ii) pela extensão do

Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia a todos os diretores estatutários, sendo que no exercício social somente um diretor estatutário era considerado; (iii) o novo Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (vide item 13.4 no ANEXO II – Informações sobre remuneração da Administração desta Proposta, para mais informações) é baseado em ações e o montante proposto deve acomodar flutuações positivas do valor da ação.

O valor efetivamente pago aos administradores da Companhia com relação ao exercício social de 2021 foi de R\$ 3.945.164,43, não atingindo o montante total inicialmente fixado pois este previa o pagamento de remuneração variável (participação nos resultados) que não ocorreu no valor máximo previsto e os valores relacionados ao Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia o pagamento dos valores foram inferiores ao previsto, utilizada a base de valor da ação inferior ao previsto no momento da inclusão do Plano, devido à redução natural das ações imposta pelo mercado; e em que pese ter sido previsto três diretores para o exercício social de 2021 a contratação do terceiro diretor ocorreu somente em janeiro/2022.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável. Esclarecemos que o valor proposto acima não contempla eventual remuneração dos membros do Conselho Fiscal. No que se refere à proposta de remuneração dos membros de tal órgão, cabe a Assembleia Geral da Companhia fixar a remuneração, sendo certo que, segundo o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, esta não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados na participação nos lucros.

Adicionalmente, nos termos do artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se no anexo 3 as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

4 - deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024;

De acordo com o Artigo 16 do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração pode ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros titulares, e até 5 (cinco) membros suplentes, sendo permitida a reeleição.

Observa-se que o Conselho de Administração da Companhia deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes, ou 20% (vinte por cento), o que for maior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado em vigor.

O Conselho de Administração da Companhia é atualmente composto por 5 (cinco) membros titulares e 1 (um) membro suplente. Propomos que o número de titulares seja mantido e o número de suplentes aumentado para 2 (dois) no próximo mandato unificado de 2 (dois) anos.

5 - eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; e

De acordo com Artigo 18 do estatuto social da Companhia, a Assembleia deverá eleger, por votação majoritária, uma chapa para compor o Conselho de Administração, não sendo admitida a votação individual em candidatos.

Nesse passo, ainda de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração propõe a seguinte chapa para concorrer ao mandato deste órgão nos exercícios sociais de 2022 e 2023, o qual se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Chapa proposta para concorrer à eleição do Conselho de Administração		
Titular	Lars Rabæk Boilesen	CPF 716.947.931-17
Titular	Pedro Santos Ripper	CPF 012.277.917-71
Titular	Fiamma Zarife *	CPF 018.508.457-51
Titular	Carlos Augusto Leone Piani *	CPF 025.323.737-84
Titular	Francisco Tosta Valim Filho *	CPF 355.827.150-53
1º Suplente	Roger Solé Rafols *	CPF 057.977.907-69
2º Suplente	Roberto Rittes de Oliveira Silva *	CPF 255.282.758-65

* Candidatos a conselheiro independente conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado.

Não obstante, conforme facultado pela Lei 6.404, os acionistas da Companhia podem solicitar a adoção do mecanismo de voto múltiplo até 48h antes da Assembleia Geral Ordinária. Caso o voto múltiplo seja adotado, a eleição não se dará por meio de chapa.

O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da

Companhia, nos termos do artigo 141 da Lei no 6.404/76 e da Instrução CVM no 165/91, é de 5% (cinco por cento). Assim, na forma do Parágrafo Primeiro do referido Artigo 18 do estatuto social, propomos à Assembleia a seguinte chapa para concorrer à eleição do Conselho de Administração da Companhia:

Observa-se que, conforme declarações de enquadramento em relação aos critérios de independência fornecidas pelos candidatos, e de acordo com a manifestação do Conselho de Administração da Companhia constante da ata da reunião realizada em 28 de março de 2022 (disponível nas páginas da Companhia (www.ri.bemobi.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores), os candidatos destacados no quadro acima como candidatos a conselheiro independente se enquadram nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

6 - Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho da Administração

O conselho de administração verificou a independência dos conselheiros, tendo eles também prestado declaração de sua independência. Exceto pelos senhores Pedro Santos Ripper e Lars Boilesen, todos os demais, inclusive os suplentes, são e se declararam independentes. Registre-se que o senhor Pedro Santos Ripper é Diretor Presidente da Companhia e o senhor Lars Boilesen é diretor da Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada Bemobi Holding AS), a qual era a sociedade controladora de Bemobi até março de 2021.

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração acima indicados, constam do Anexo III – Informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração da presente Proposta.

7. CONSELHO FISCAL

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, o percentual de ações necessário ao pedido de instalação conforme definido na regulamentação aplicável. No caso da Companhia, o percentual mínimo de participação acionária requerido corresponde a 1% (um por cento), conforme o disposto na Instrução CVM nº 324/00.

A administração da Companhia entende que a instalação do Conselho Fiscal não se faz necessária em razão de sua estrutura de governança corporativa, que conta com Comitê de Auditoria e de Riscos, de funcionamento permanente, com totalidade de membros independentes. Ressalta-se também que a instalação do referido órgão implica em despesas adicionais para a Companhia correspondentes, no mínimo, ao valor da remuneração de seus membros e reembolso de suas despesas.

Não obstante, como mencionado acima, a decisão sobre a instalação ou não do Conselho Fiscal, quando de funcionamento não permanente, compete à assembleia geral a pedido de acionistas, observado o disposto no artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 324/00.

8. MANUAL DE PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL

A Companhia informa que se encontra disponível em seu website (ri.bemobi.com.br) e no website da comissão de valores mobiliários (www.cvm.gov.br) o Manual de Participação n Assembleia Geral da Companhia o qual informa aos senhores acionistas (i) as informações e orientações para participação na Assembleia Geral de forma presencial, por meio exclusivamente digital, assim como por meio de instrução de voto a distância.

ANEXO I: Anexo 9-1-II da Instrução 481 da CVM**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (em milhares)**

- | | |
|--|--|
| 1. Informar o lucro líquido do exercício | Lucro líquido do exercício: R\$ 75.349 |
| 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados | Montante global distribuído: R\$ 17.895
Valor por ação: R\$ 0,202356 (centavos de reais). |
| 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído | 23.75% |
| 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores | Montante global: R\$ 0.
Valor ação: R\$ 0. |
| 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: | |
| a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe | N/A. |
| b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio | N/A |
| c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio | N/A |
| d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento | N/A. |

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados Dividendos intermediários declarados:
R\$ 0.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos N/A

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores 2021: R\$ 75.349.
2020: R\$ 35.730.
2019: N/A (sociedade Ltda.).
2017: N/A (sociedade Ltda.).

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores 2021: R\$ 17.895
2020: R\$ 186.718
2019: N/A (sociedade Ltda.).

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal R\$ 3.767.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal Lucro líquido do exercício (R\$ 75.349) x 5%: R\$ 3.767.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos N/A.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pelo valor destinado à constituição da reserva legal.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

N/A.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

N/A.

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências N/A.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar N/A.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme o estatuto social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, poderá ser utilizado para constituição de reserva estatutária (reserva de investimento), respeitando o limite de 80% do capital social. A reserva de investimento tem por fim assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro.

- b. Identificar o montante destinado à R\$ 53.687.
reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado Lucro líquido do exercício (R\$ 75.349) – valor destinado à constituição da reserva legal (R\$ 3.767) – dividendo mínimo obrigatório (R\$ 17.895)
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital N/A.
- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais N/A.
- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

ANEXO II - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas nos itens 10.1 a 10.8 a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras anuais referentes aos três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Cabe salientar que em 30 de setembro de 2020, a administração da Companhia firmou três contratos de compra com a sua controladora direta Bemobi Holding AS, e adquiriu 100% do capital das empresas: (i) Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia); (ii) Bemobi International AS (Noruega); e (iii) Open Markets AS (Noruega), a qual, por sua vez, detém participação na (iv) Tulari Spain Sociedad Ltda.

Em 28 de julho de 2021, a Companhia adquiriu a Tulari Spain Sociedad Limitada, que até então era controlada direta da Open Markets AS e controlada indireta da Companhia. Por se tratar de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum, não foi registrado, no resultado da Companhia, um ganho por compra vantajosa.

Em 31 de agosto de 2021, a Companhia, por intermédio da Tulari Spain Sociedad Limitada, concluiu a aquisição de ações que representam 100% do capital social da Zonamovil Inc. (“Tiaxa”). O Grupo Tiaxa é formado pelas empresas Zonamovil Inc., Tiaxa Philippines Inc., Servicios Interactivos Móviles de Perú S.A.C., Servicios MOB. ID S.A. de C.V., Servicios Interactivos Móviles Ltda., Servicios Interactivos Tiaxa Chile Ltda., DCO S.A., DCO do Brasil Sistemas de Informática Ltda., Tiaxa International Company PTE Ltd. e Tiaxa Bangladesh Ltd. O Grupo Tiaxa oferece soluções de serviços digitais que englobam: (i) microfinanciamento de saldo para planos pré-pagos, baseado em inteligência artificial; (ii) oferta de Plataformas Digitais como Serviço (PaaS) para o segmento de telecomunicações; e (iii) serviços de análise e monetização de dados através de *behavior score*, baseado em *machine learning* e inteligência artificial.

Em 03 de novembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de ações que representam 100% do capital social da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”), que por sua vez possui ações que representam 100% do capital social da

M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4P”). Estas empresas, em conjunto, são denominadas como grupo M4U. A Multidisplay e a M4P (M4U) são empresas de tecnologia com foco em desenvolvimento e operação de plataformas de meios de pagamentos digitais para (i) distribuição de recarga de celulares pré-pagos, com forte presença nos canais digitais, (ii) gestão digital de faturamento e cobrança de planos de telefonia móvel, e (iii) comércio varejista e atacadista de cartões, chips e recargas para telefones e dispositivos móveis. A M4U tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de créditos de telefonia celular e o comércio de recarga de aparelhos celulares, especialmente para produtos e planos na modalidade pré-paga ou controle, dentre outros. Especificamente na modalidade de serviço de transmissão, ela disponibiliza diretamente os recursos capturados em sua plataforma digital às operadoras já liquidados do valor devido pela sua prestação de serviço. Já na modalidade de comércio, a M4U adquire os créditos diretamente das operadoras para posterior venda ao consumidor final.

Assim, a administração da Bemobi entende que o registro da receita e custos relacionados a operações dessa natureza em 2021, assim como a manutenção dos valores de receita intragrupo decorrentes da operação Bemobi Ukraine especificamente para os anos de 2019 e 2020 (anos impactados pela reorganização societária) podem criar distorções significativas na maneira de interpretação do resultado do Grupo.

Nesse sentido, considerando os ajustes e reclassificações necessários para tornar comparáveis entre si os resultados alcançados entre as diversas empresas que atualmente compõe o Grupo Bemobi, disponibilizamos no item 10.9 desse Formulário de Referência os mesmos indicadores aqui apontados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em uma visão combinada das diferentes entidades adquiridas dentro do nosso plano de reorganização societária, como se uma única entidade empresarial fosse naquele período, assim como, os ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U foram reclassificados, permitindo a melhor compreensão da evolução dos indicadores financeiros da Companhia. Todas as informações contidas no Formulário de Referência e, especificamente, nessa seção foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária que abrange a Lei no 6.404/76, os pronunciamentos,

orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM além, claro, de observar as normas IFRS, emitidas pelo IASB.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados traduzem a visão e percepção dos mesmos sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para melhor compreensão das mudanças nas linhas principais de um período para outro e os principais fatores que explicam tais alterações.

Cabe ressaltar que a análise dos Diretores esclarecendo os resultados realizados e as razões para as mudanças nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados sobre a situação financeira da Companhia atualmente. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Bemobi Mobile Tech S.A. é uma empresa de tecnologia que atua no desenvolvimento e distribuição de serviços digitais móveis para países emergentes. Oferecemos um portfólio amplo inovador que engloba a venda de serviços de (i) serviços digitais por assinatura em um modelo “*All You Can Eat*”, (ii) uma série de modalidades de serviços de microcrédito (tais como adiantamento de saldo pré-pago, adiantamento de pacotes dados, adiantamento de chamadas e soluções de análise de dados para crédito e detecção de risco de fraude), (iii) soluções de pagamento digital para cobrança de recarga e planos recorrentes (controle) de telefonia e (iv) oferecemos, também, à grandes corporações uma série de plataformas

automáticas na modalidade de serviço (PaaS) para gestão de campanhas, ofertas, canais de venda, serviços de recados de voz por apps e/ou integrado a sistemas de SMS/WhatsApp e soluções de *anti-spam* de chamadas, contribuindo de forma direta para o crescimento dessas Companhias.

A força do nosso modelo se encontra no fato de operarmos em um modelo B2B2C (Business-To-Business-To-Consumer) em parceria com as maiores operadoras de telefonia móvel de cada região, bancos digitais, *fintechs*, *wallets* ou, em alguns casos, OEMs (*Original Equipment Manufacturer*) de smartphones, atraindo milhares de desenvolvedores a aderirem nossa plataforma e mantendo um dos mais completos portfólios de serviços do mercado.

Este é um mercado global e, com pouca concorrência dos grandes players de tecnologia, atualmente. Assim, acreditamos que a Bemobi possui grande vantagem frente à concorrência dado o seu pioneirismo.

Temos hoje nossos serviços integrados e em operação com 95 parceiros ativos, sendo 88 operadoras de telefonia e 7 bancos digitais, *wallets* e *e-commerces*. Atuamos em nossas verticais de Serviços de Assinatura Digital, com 78 parceiros, 18 em soluções de Microfinanças, 5 em soluções de pagamentos, além de 17 parceiros em soluções de Plataformas como Serviços (PaaS). Essas operações estão presentes em 42 países e, o que nos fornece acesso a uma base potencial de mais de 2,5 bilhões de usuários, nos países onde nossos serviços já estão disponíveis.

Como destacado ao longo desse Formulário, a Companhia concluiu em fevereiro de 2021 todas as etapas do processo de abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) com objetivo de acelerar ainda mais seu crescimento orgânico nos canais, produtos e serviços existentes, em especial fora do Brasil, e viabilizar sua estratégia de crescimento inorgânico (via aquisições), capturando as inúmeras oportunidades existentes e ampliando o retorno para seus acionistas.

A despeito de todos os desafios, executamos com sucesso os primeiros movimentos de nossa agenda de M&A por meio da aquisição da companhia chilena Tiixa – incorporada a partir do terceiro trimestre – e da empresa brasileira M4U – incorporada a partir do quarto trimestre. Tais aquisições podem ser consideradas transformacionais ao nosso negócio ao aumentarem

substancialmente nossas métricas financeiras, agregarem competências técnicas relevantes aos produtos de Microfinanças, Pagamentos e de PaaS, além de agregarem um forte time de Tecnologia e Produtos. Concluídas as aquisições, estamos empenhados em integrar tais Companhias e capturar as sinergias existentes.

Cabe ressaltar que, mesmo após essas duas aquisições, continuamos ativos no mercado e com uma extensa agenda de prospecção de novos targets de M&As, sustentada pela nossa posição atual (+R\$ 500 milhões) e capacidade de geração de caixa.

Como exemplos de futuras possibilidades de aquisições, podemos destacar os seguintes perfis de empresas de nosso interesse, sem a eles nos limitar: (i) empresas que fortaleçam ou ampliem nosso portfólio de soluções digitais e que possam ser oferecidas e comercializadas através dos nossos parceiros; (ii) companhias que agreguem novos parceiros comerciais que consequentemente trazem consigo uma base de consumidores finais, criando um mercado endereçável adicional para cada solução móvel oferecida; e (iii) empresas que nos tragam novas competências em canais e campanhas digitais o que pode aumentar a adoção de cada um dos nossos serviços pelo usuário final e, consequentemente, nossa penetração.

A Companhia encerrou o ano de 2021 com boas perspectivas para os seus negócios. Os resultados operacionais alcançados foram melhores quando comparados aos anos de 2020 e 2019, refletindo a maior diversificação de nossos serviços com a oferta de soluções de microfinanças, soluções de pagamento e Soluções de Plataformas como Serviço e os avanços obtidos em nosso plano de globalização.

As informações de resultado da Companhia discutidas na presente seção 10 não consideram os efeitos esperados em nossas linhas de resultado decorrentes da Consolidação Ucrânia, conforme descrito no item “10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras” deste Formulário de Referência, assim como, os ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U foram reclassificados. Leia atentamente o item 10.9 desse Formulário de Referência.

A soma das diferentes fontes de receita da Companhia no Brasil nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 alcançou, respectivamente, R\$ 154,6 milhões, R\$ 171,5 milhões e R\$ 488,8 milhões.

Ao analisarmos o ano de 2021, nossa receita líquida no Brasil alcançou R\$ 488,8 milhões frente R\$ 171,5 milhões no exercício anterior, refletindo a expansão dos serviços de comunicação e de microfinanças, destacando a importância da nossa estratégia de diversificação de receita.

A Margem Bruta Ajustada alcançada no acumulado dos anos de 2021, 2020 e 2019 no Brasil foi de R\$ 227,2 milhões, R\$ 130,1 milhões e R\$ 116,9 milhões, respectivamente, representando uma Margem Bruta Ajustada percentual de 46,5% em 2021, 75,9% em 2020 e 75,6% em 2019.

Esse resultado reflete o crescimento de nossas operações em novas linhas de serviços que possuem maior margem de contribuição.

O EBITDA alcançado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 no Brasil foi de R\$ 118,4 milhões, R\$ 85,1 milhões e R\$ 81,3 milhões, respectivamente, representando uma margem EBITDA de 24,2% em 2021, 49,6% em 2020 e 52,6% em 2019. Esse resultado reflete em linhas gerais o aumento na receita dos serviços de comunicação e microfinanças, observado no exercício.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possuía dívidas onerosas com instituições financeiras. Porém, conforme aprovado pelo Conselho de Administração a Companhia contratou 15 instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” que juntos somam R\$ 61,6 milhões, com a finalidade de maximizar a geração de valor aos acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de liquidez e capital dentro dos limites de seu programa de recompra de ações.

A Companhia declarou em 31 de dezembro de 2021 a distribuição do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 17,9 milhões que deverão ser pagos em 12/04/2022.

Decorrente das duas aquisições de empresas realizadas em setembro de 2021 e novembro de 2021, registrou-se o valor justo da contraprestação contingente calculado com base no valor mais provável a ser pago a depender do atingimento de metas de crescimento de vendas e de metas financeiras das empresas adquiridas no valor de R\$ 14,1 milhões em relação à M4U e R\$ 61,0 milhões referente à aquisição da Tiixa, entre curto e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 319,2 milhões e mais R\$ 194,5 milhões em Títulos e Valores Mobiliários, totalizando R\$ 513,7 milhões, se referindo basicamente a posição de aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de acordo com o CDI, somados ao saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 216,1 milhões, o que possibilita o cumprimento de suas obrigações nos curto, médio e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um índice de liquidez corrente de 2,7x (ante 0,7x atingido em 31 de dezembro de 2020), considerando o Ativo Circulante de R\$ 902,7 milhões (ante R\$ 220,2 milhões em 31 de dezembro de 2020) em comparação ao Passivo Circulante de R\$ 349,4 milhões (ante R\$ 229,5 milhões em 31 de dezembro de 2020). A variação superior à 300% do Ativo Circulante foi em grande parte impactada pelas incorporações citadas anteriormente, que correspondem à mais de 30% dessa linha no balanço.

Segue abaixo tabela a qual apresentamos alguns de nossos principais indicadores do período relativo aos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019:

Informações Financeiras e Operacionais Consolidadas Selecionadas

(em milhões de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita Líquida	488,8	171,5	154,6
Lucro Bruto	181,8	101,6	91,4
Margem Bruta Ajustada	227,2	130,1	116,9
Margem Bruta Ajustada (%)	46,5%	75,9%	75,6%
EBITDA	118,4	85,1	81,3

Margem EBITDA	24,2%	49,6%	52,6%
Resultado antes dos tributos e do resultado financeiro	84,9	62,1	64,7
Resultado antes dos tributos e do resultado financeiro - (%)	17,4%	36,2%	41,9%
Lucro Líquido	75,3	35,7	36,4
Margem Líquida	15,4%	20,8%	23,6%

(em milhões de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Saldo de Caixa e Equivalentes	319,2	111,2	61,7
Títulos e valores mobiliários	194,5	-	-
Ativo Circulante (D)	902,7	220,2	127,4
Passivo Circulante (E)	339,4	299,5	19,9
Liquidez Corrente (D/E)	2,7	0,7	6,4

(b) Comentários dos diretores sobre a estrutura de capital

A nossa estrutura de capital, medida pela relação entre os passivos circulantes e não circulantes e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era composta por 28,8% do capital de terceiros, passivo circulante mais passivo não circulante, e 71,2% de capital próprio, patrimônio líquido. A Companhia realizou, em 08 de fevereiro de 2021, a oferta pública de distribuição primária e secundária (“Oferta” ou “IPO”) de 51.874.515 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Essas ações foram distribuídas ao preço de R\$ 22,00 por ação, perfazendo o montante total de R\$ 1.141.239, sendo R\$ 1.094.118 referente à Oferta Primária e R\$ 47.121 referente à Oferta Secundária. Cabe ressaltar que somente os recursos referentes à Oferta Primária, no valor de R\$ 1.094.118, transitaram pela Companhia, sendo que os recursos referentes à Oferta

Secundária, no valor de R\$ 47.121, foram liquidados diretamente pelo banco coordenador líder da operação junto aos acionistas vendedores.

Desse total, foram pagos à título de contraprestações à sua controladora direta, Bemobi Holding AS, o valor líquido de R\$ 244,9 milhões referente à aquisição das empresas Bemobi International AS, Bemobi Ukraine LLC e Open Markets AS, valor pago em abril de 2021. Além disso, pagou um valor de dividendos de R\$ 178,2 milhões à Otello Technology Investment AS, que possuía 100% do capital social da Companhia antes do IPO.

As principais alterações significativas registradas entre o período 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021 serão descritas nos parágrafos a seguir.

No exercício de 2019, apesar da receita líquida ter crescido 8,2% em comparação com o exercício do ano anterior, as principais linhas de custos e despesas operacionais aumentaram em 22,1%, passando de R\$ 73,6 milhões no exercício de 2018 para R\$ 89,8 milhões. Esses efeitos combinados geraram um resultado líquido no exercício de 2019 de R\$ 36,4 milhões beneficiando a linha de capital próprio em menor proporção que no ano anterior. Cabe destacar que essa linha apresentou um acréscimo de R\$ 183,2 milhões, passando de R\$ 169,1 milhões em 2018 para R\$ 352,3 milhões em 2019 refletindo os valores acumulados de lucro já destacados mas, em especial, o maior valor de capital social que saiu de R\$ 40,8 milhões em 2018 para R\$ 183,4 milhões em 2019 após aumento de capital realizado mediante conversão do mútuo mencionado no parágrafo anterior, alterando significativamente a relação de proporção entre as contas de capital de terceiros e capital próprio.

Já durante o exercício de 2020, a receita líquida aumentou 11,0% em comparação com o mesmo exercício do ano anterior, porém as principais linhas de custos e despesas operacionais aumentaram em 21,8%, passando de R\$ 89,8 milhões no exercício de 2019 para R\$ 109,4 milhões em 2020. Dessa forma, os efeitos combinados geraram um resultado líquido no exercício de 2020 de R\$ 35,7 milhões beneficiando a linha de capital próprio em menor proporção que no ano anterior. Vale ressaltar que a linha de capital próprio apresentou redução de R\$ 197,7 milhões, passando de R\$ 352,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 154,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 refletindo os efeitos da aquisição das empresas do exterior e que representou a combinação de negócios sob controle comum (a

Bemobi Holding AS controlava todas as empresas envolvidas na operação). O valor do ágio gerado nessa operação foi eliminado do ativo da Bemobi, em contrapartida ao Patrimônio Líquido, dentro do plano de reorganização societária já mencionado e detalhado no item 16 desse Formulário de Referência.

Ao analisarmos o exercício de 2021, a receita líquida aumentou 185,0%, passando de R\$ 171,5 milhões 2020, para R\$ 488,8 em 2021. Nossa linha de custos passou de R\$ 69,9 milhões em 2020 para R\$ 307,0 milhões em 2021, com 54% desse valor referente à custos de revenda de mercadorias, advindos da recém adquirida M4U. Os efeitos combinados geraram um resultado líquido no exercício analisado de R\$ 75,3 milhões. No ano de 2021, foram realizadas duas aquisições de empresas alterando o valor do patrimônio líquido da Companhia para R\$ 1.029,7 milhões.

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	415,7	302,3	20,6
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.029,7	154,6	352,3
Capital total (terceiros + próprio)	1.445,5	456,9	372,9
Parcela de capital de terceiros	28,8%	66,2%	5,5%
Parcela de capital próprio	71,2%	33,8%	94,5%

Disponibilizamos no item 10.9 desse Formulário de Referência os mesmos indicadores aqui apontados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em uma visão combinada das diferentes entidades adquiridas dentro do nosso plano de reorganização societária, como se uma única entidade empresarial fosse naquele período, assim como, os ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U foram reclassificados, permitindo a melhor compreensão da evolução dos indicadores financeiros da Companhia.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia manteve elevada capacidade de geração de caixa operacional refletindo as margens obtidas, o seu menor grau de alavancagem operacional e seu curto ciclo financeiro.

Nos últimos três exercícios, a Companhia gerou R\$ 178,0 milhões de caixa operacional em suas atividades, sendo R\$ 68,2 milhões em 2019, 86,5 milhões em 2020 e outros R\$ 23,3 milhões em 2021. Esse ano, mesmo diante de toda a incerteza oriunda da pandemia do COVID-19 na economia brasileira, mantivemos em nossas operações uma geração de caixa operacional positiva.

Vale destacar que o menor valor de geração de caixa operacional apresentada em 2021 decorre dos efeitos da incorporação dos ativos e passivos operacionais de M4U e Tiaxa, recém adquiridas. Toda a adição desses ativos e passivos se deu de forma integral no terceiro e quarto trimestres, fazendo com que todo o efeito seja contabilizado em comparação com uma base zero no ano anterior dado que esses valores não faziam parte de nossas contas patrimoniais. Adiciona-se aqui o fato de que a geração operacional dessas empresas até setembro (Tiaxa) e novembro (M4U) não faziam parte do resultado consolidado da Bemobi e, por isso, é excluída no fluxo de caixa com impacto integral no final do ano. Em contrapartida é importante salientar que com as aquisições também foram incorporados os seus respectivos saldos de caixa.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 349,4 milhões, patamar elevado após a incorporação dos resultados das recém adquiridas Tiaxa e M4U. O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 66,3 milhões, alocados em contraprestações a pagar e arrendamentos, que representavam 79,6% e 16,8% respectivamente. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 513,7 milhões e um contas a receber de R\$ 216,1 milhões.

A Companhia em 31 de dezembro de 2020 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 299,5 milhões, sendo a maior parte

decorrente de contraprestação a pagar no valor total de R\$ 244,9 milhões referente a reorganização societária, um passivo não circulante total no valor de R\$ 2,8 milhões, além de um valor de dividendos declarados de R\$ 178,2 milhões em reserva de lucros. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 111,2 milhões e um contas a receber de R\$ 93,9 milhões.

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 19,9 milhões. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 61,7 milhões e um contas a receber de R\$ 49,7 milhões.

A Diretoria acredita que tais informações demonstram a capacidade da Companhia de honrar com seus compromissos financeiros. E, caso a Companhia entenda como necessário contrair algum tipo de empréstimo para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los. Essa conclusão baseia-se nas informações descritas na tabela a seguir.

(em milhões de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Total do Ativo (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) (A)	1.445,5	456,9	372,9
Total do Passivo (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) (B)	415,7	302,3	20,6
Saldo de Caixa e Equivalentes (C)	319,2	111,2	61,7
Títulos e valores mobiliários (C)	194,5	-	-
Ativo Circulante (D)	902,7	220,2	127,4
Passivo Circulante (E)	349,4	299,5	19,9
Índice de Liquidez Geral (A/B)	3,5	1,5	18,1
Índice de liquidez Imediata (C / (E))	1,5	0,4	3,1
Índice de liquidez corrente (D) / (E)	2,6	0,7	6,4

Disponibilizamos no item 10.9 desse Formulário de Referência os mesmos indicadores aqui apontados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em uma visão combinada das diferentes entidades adquiridas dentro do nosso plano de reorganização societária, como se uma única entidade empresarial fosse naquele período, assim como, os ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U foram reclassificados, permitindo a melhor compreensão da evolução dos indicadores financeiros da Companhia.

(d) fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a principal fonte de financiamento das atividades da Companhia foi o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados às suas atividades e negócios. Além disso, para viabilizar seu processo de expansão inorgânica a Companhia concluiu em fevereiro de 2021 seu processo de abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) adicionando recursos líquidos superiores a R\$ 600 milhões ao caixa da Companhia, após o pagamento das contraprestações à sua antiga controladora direta, Bemobi Holding AS, referente à aquisição das empresas Bemobi International AS, Bemobi Ukraine LLC e Open Markets, e ao valor de dividendos de R\$ 178,2 milhões pagos à Otello Technology Investment AS, que possuía 100% do capital social da Companhia antes do IPO.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos atuais.

Caso a Companhia entenda como necessário contrair algum tipo de empréstimo para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter ampla capacidade para contratá-los.

Disponibilizamos no item 10.9 desse Formulário de Referência os mesmos indicadores aqui apontados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, em uma visão combinada das diferentes entidades adquiridas dentro do nosso plano de

reorganização societária, como se uma única entidade empresarial fosse naquele período, permitindo a melhor compreensão da evolução dos indicadores financeiros da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Como destacado ao longo desse Formulário, a Companhia mantém amplo histórico de geração positiva de caixa, garantindo uma adequada situação de liquidez no momento.

Visando acelerar nosso crescimento nos produtos, serviços, canais e regiões que atuamos, seja no Brasil ou no exterior, assim como de agregar novas linhas com objetivo de maximizar o retorno aos nossos acionistas, a Companhia realizou em fevereiro 2021 a abertura de capital na bolsa brasileira (B3).

Parte dos recursos obtidos foram utilizados na reorganização das diferentes sociedades que passam a compor o novo organograma da Companhia a partir da aquisição da totalidade das ações, anteriormente, de titularidade da Bemobi Holding AS, na Noruega, das seguintes sociedades estrangeiras: (i) Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia); (ii) Bemobi International AS (Noruega); e (iii) Open Markets AS (Noruega), a qual, por sua vez, detém participação na (iv) Tulari Spain Sociedad Ltda. Tais aquisições permitirão melhor alinhamento do negócio do ponto de vista estratégico, tático e de governança para essa uma fase de expansão viabilizando a aceleração de nosso plano de internacionalização.

Adicionalmente, essa capitalização executamos com sucesso os primeiros movimentos de nossa agenda de M&A por meio da aquisição da companhia chilena Tiixa – incorporada a partir do terceiro trimestre – e da empresa brasileira M4U – incorporada a partir do quarto trimestre. Tais aquisições podem ser consideradas transformacionais ao nosso negócio ao aumentarem substancialmente nossas métricas financeiras, agregarem competências técnicas relevantes aos produtos de Microfinanças, Pagamentos e de PaaS, além de agregarem um forte time de Tecnologia e Produtos. Concluídas as aquisições, estamos empenhados em integrar tais Companhias e capturar as sinergias existentes. Cabe ressaltar que, mesmo após essas duas aquisições, continuamos ativos no mercado e com uma extensa agenda de prospecção de novos targets de M&As, sustentada pela nossa posição atual (+R\$ 500 milhões) e capacidade de geração de caixa.

(f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Conforme descrito no item 10.1 (c) acima, os diretores reiteram que a Companhia possui atualmente, baseado nos dados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, saúde financeira para honrar com seus compromissos assumidos dado sua capacidade de geração de caixa operacional.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 349,4 milhões, onde além dos demais valores, temos um total, R\$ 293,5 milhões dizem respeito a contas a pagar, e outras obrigações das recém adquiridas empresas Tiixa e M4U.

(i) Contratos de empréstimo de financiamento relevantes

Não aplicável. A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

(ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Não aplicável. A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não aplicável. A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não aplicável. A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável. A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Para fins de apresentação desta seção todos os números apresentados refletem as demonstrações da Bemobi Mobile Tech S.A.

Porém, com a conclusão da reestruturação societária, entendemos que a configuração de nossas demonstrações financeiras foi alterada de forma material, ou seja, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas passarão a ser apresentadas como se fossem uma única entidade econômica. Adicionalmente, foram realizados ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U. Dessa forma, exibiremos na seção 10.9 os mesmos indicadores aqui apresentados na visão combinada dessas entidades empresariais. Recomendamos a leitura de tal seção para melhor compreensão dos negócios por parte de investidores e demais *stakeholders*.

➤ **BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Bemobi Mobile Tech S.A. relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Balanço Patrimonial de encerramento dos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	319.185	22,1%	111.196	24,3%	187%
Títulos e valores mobiliários	194.548	13,5%	-	-	-
Contas a receber de clientes	216.113	15,0%	93.877	20,5%	130,2%
Estoques	57.401	4,0%	-	-	-
Tributos a recuperar	28.501	2,0%	6.643	1,5%	329,0%
Adiantamentos a terceiros	11.116	08%	7.467	1,6%	48,9%
Outros valores a receber	75.864	5,2%	1.036	0,2%	7.222,8 %
Total ativo circulante	902.728	62,5%	220.219	48,2%	309,9%
Não circulante					
Outros valores a receber	687	0,0%	43	0,0%	1.497,7 %
Tributos diferidos	32.275	2,2%	15.687	3,4%	105,7%
Imobilizado	29.779	2,1%	12.627	2,8%	135,8%
Intangível	408.003	33,2%	208.352	45,6%	130,4%
Total ativo não circulante	542.744	37,5	236.709	51,8%	129,3%
Total do ativo	1.445.472	100,0%	456.928	100,0%	216,3%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em 30 de dezembro de 2021	AV	Em 30 de dezembro de 2020	AV	AH
Circulante					
Obrigações com pessoal	39.278	2,7%	14.077	3,1%	179,0%
Tributos a Recolher	9.429	0,7%	4.289	0,9%	119,8%

Contas a Pagar	140.240	9,7%	26.575	5,8%	427,7%
Dividendos a Pagar	17.895	1,2%	8.486	1,9%	110,9%
Arrendamentos	4.111	0,3%	1.173	0,3%	250,5%
Contraprestação a pagar	30.117	2,1%	244.920	53,6%	-87,7%
Outras obrigações	108.361	7,5%	-	-	-
Total passivo circulante	349.431	24,2%	299.520	65,6%	16,7%
Não circulante					
Arrendamentos	11.134	0,8%	2.780	0,6%	300,5%
Contraprestações a pagar	52.769	3,7%	-	-	-
Outras obrigações	2.415	0,2%	-	-	-
Total passivo não circulante	66.318	4,6%	2.780	0,6%	2.285,5 %
Patrimônio líquido					
Capital social	1.233.744	85,4%	183.391	40,1%	572,7%
Ações em tesouraria	(46.125)	-3,2%	-	-	-
Reserva de Capital	-	0,0%	4.302	0,9%	-100%
Reserva de Lucros	71.252	4,9%	192.030	42,0%	-62,9%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(225.094)	-15,6%	(225.426)	-49,3%	-0,1%
Outros Resultados Abrangentes	(4.054)	-0,3%	331	0,1%	1.324,8 %
Total do patrimônio líquido	1.029.723	71,2%	154.628	33,8%	565,9%
Total passivo e patrimônio líquido	1.445.472	100,00 %	456.928	100,0%	216,3%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 902,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 220,2 milhões. Este aumento de 309,9% é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 208,0 milhões na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa, ao montante de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 194,5 milhões e de R\$ 122,2 milhões na conta de Contas a Receber de Clientes, acompanhando o crescimento da receita da Companhia em todas suas linhas de negócio,

intensificada por sua estratégia de diversificação de fontes de receita, principalmente no segmento de Microfinanças, Pagamento Digital e de Plataformas como Serviço (PaaS). Além de seu crescimento orgânico a empresa contou com a adição de resultados das receitas advindas das empresas recém adquiridas.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 542,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 236,7 milhões. Esse crescimento na ordem de 129% pode ser explicado com o aumento da conta de intangíveis, responsável por 88% do total dos ativos não circulantes. Essa variação decorrer majoritariamente do registro da mais valia dos ativos intangíveis dos Grupos recém adquiridos, através de contas como Carteira de clientes, Marca e Tecnologia.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 349,4 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 299,5 milhões. Este aumento de 16,7% é atribuído à adição dos resultados das recém adquiridas Tiixa e M4U, majoritariamente impactada pelos valores a pagar de créditos para recarga de telefones celulares e que serão destinados à revenda no curtíssimo prazo.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 66,3 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 2,8 milhões. Este aumento decorre do crescimento dos valores de contraprestações a pagar que surgem a partir da conclusão das aquisições de empresas e da adição na linha de arrendamentos mercantis em R\$ 11,1 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.029,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 154,6

milhões. Esse crescimento se deve majoritariamente à conclusão da abertura de capital (IPO) na B3. Em decorrência desse processo, a Companhia emitiu novas ações com a consequente captação de recursos e que resultaram em aumento líquido do capital social no valor de R\$ 1.050,4 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	111.196	24,3%	61.746	16,6%	80,1%
Contas a receber de clientes	93.877	20,5%	49.700	13,3%	88,9%
Tributos a recuperar	6.643	1,5%	3.084	0,8%	115,4%
Adiantamentos a terceiros	7.467	1,6%	4.866	1,3%	53,5%
Empréstimo a parte relacionada	-	-	8.040	2,2%	-100%
Outros valores a receber	1.036	0,2%	-	-	100%
Total ativo circulante	220.219	48,2%	127.436	34,2%	72,8%
Não circulante					
Outros valores a receber	43	0,0%	38	0,0%	13,2%
Tributos diferidos	15.687	3,4%	33.657	9,0%	-53,4%
Imobilizado	12.627	2,8%	10.011	2,7%	26,1%
Intangível	208.352	45,6%	201.752	54,1%	3,3%
Total ativo não circulante	236.709	51,8%	245.458	65,8%	-3,6%
Total do ativo	456.928	100,0%	372.894	100,0%	22,5%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em 30 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Circulante					
Obrigações com pessoal	14.077	3,1%	9.404	2,5%	49,7%
Tributos a Recolher	4.289	0,9%	2.964	0,8%	44,7%

Contas a Pagar	26.575	5,8%	7.082	1,9%	275,2%
Dividendos a Pagar	8.486	1,9%	-	-	100%
Arrendamentos	1.173	0,3%	421	0,1%	178,6%
Contraprestação a pagar	244.920	53,6%	-	-	100%
Total passivo circulante	299.520	65,6%	19.871	5,3%	1.407,3%
Não circulante					
Arrendamentos	2.780	0,6%	723	0,2%	284,5%
Total passivo não circulante	2.780	0,6%	723	0,2%	284,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	183.391	40,1%	183.391	49,2%	0,0%
Reserva de Capital	4.302	0,9%	4.123	1,1%	4,3%
Reserva de Lucros	192.030	42,0%	-	-	100%
Lucros Acumulados	-	0,0%	164.786	44,2%	-100%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(225.426)	-49,3%	-	-	100%
Outros Resultados Abrangentes	331	0,1%	-	-	100%
Total do patrimônio líquido	154.628	33,8%	352.300	94,5%	56,1%
Total passivo e patrimônio líquido	456.928	100,0%	372.894	100,0%	22,5%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 220,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 127,4 milhões. Este aumento de 72,8% é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 49,5 milhões na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa e de R\$ 44,2 milhões na conta de Contas a Receber de Clientes, acompanhando o crescimento de receita da Companhia e a maior relevância das receitas de algumas operadoras frente o total e que possuem maior prazo médio de pagamento.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 236,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 245,5 milhões. Esta redução é o reflexo da diminuição da conta de Tributos Diferidos em 53,4% devido ao efeito de amortizações de mais valia, de ágio e de contraprestação a pagar em razão do processo de incorporação da Opera de 2018.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 299,5 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 19,9 milhões. Este aumento de expressivo de 1.407,3% é atribuído ao reconhecimento do valor de R\$ 244,9 milhões relacionados a contraprestação a pagar referente a reorganização societária.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 2,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 0,7 milhão. Este aumento é ao reconhecimento acumulado dos arrendamentos mercantis.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 154,6 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 352,3 milhões. Esta redução é relacionada aos efeitos da aquisição das empresas do exterior e que representou a combinação de negócios sob controle comum (a Bemobi Holding AS controlava todas as empresas envolvidas na operação). Devido a isso, o valor do ágio gerado na operação foi eliminado do ativo da Bemobi, em contrapartida ao Patrimônio Líquido, dentro do plano de reorganização societária.

➤ **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO**

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Bemobi Mobile Tech S.A. relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Disponibilizamos no item 10.9 desse Formulário de Referência os mesmos indicadores aqui apontados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em uma visão combinada das diferentes entidades adquiridas dentro do nosso plano de reorganização societária, como se uma única entidade empresarial fosse naquele período, assim como, os ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U foram reclassificados, permitindo a melhor compreensão da evolução dos indicadores financeiros da Companhia.

Demonstração dos Resultados dos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Receita líquida	488.837	100,0%	171.546	100,0%	185,0%
Custos dos serviços prestados	(306.996)	-62,8%	(69.909)	-40,8%	339,1%
Lucro bruto	181.841	37,2%	101.637	59,2%	78,9%
Despesas gerais e administrativas	(96.968)	-19,8%	(39.532)	-23,0%	145,3%
Lucro operacional	84.873	17,4%	62.105	36,2%	36,4%
Receitas Financeiras	30.267	6,2%	2.159	1,3%	1.301,9%
Despesas Financeiras	(6.502)	-1,3%	(5.880)	-3,4%	10,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.638	22,2%	58.384	34,0%	86,1%
Imposto de renda e contribuição social	(33.289)	-6,8%	(22.654)	-13,2%	46,9%
Lucro Líquido do exercício	75.349	15,4%	35.730	20,8%	110,9%

Receita Líquida

A receita operacional líquida do exercício de 2021 foi de R\$ 488,8 milhões, um aumento de 185,02% quando comparado ao exercício de 2020, quando foi registrada receita líquida de R\$ 171,5 milhões.

Esse aumento das receitas reflete a expansão de nossas linhas de negócios com a adição de novas soluções digitais em nosso portfólio. Além disso, em setembro de 2021 e novembro de 2021 alcançamos avanços importantes em nossa agenda de crescimento inorgânico com a conclusão de duas importantes operações de M&A, elevando as receitas também em nossa oferta de soluções de pagamentos, microfinanças e PaaS.

Custos de Serviços Prestados

O custo de serviços prestados encerrou o exercício de 2021 em R\$ 307,0 milhões, representando 62,8% da receita operacional líquida do mesmo exercício, aumentando em 22 p.p. em relação ao exercício de 2020, principalmente devido ao impacto da operação de compra e venda de créditos adicionada com a aquisição da M4U, contabilizado na linha de Custo de mercadorias revendidas, correspondendo a mais de 50% dos custos de serviços prestados. Comparativamente ao exercício de 2019, quando o custo de serviços prestados registrou um valor de R\$ 69,9 milhões, houve um aumento de 339,1%.

Lucro Bruto

O lucro bruto do exercício de 2021 apresentou crescimento de 78,9% comparativamente ao exercício de 2020, encerrando o período em R\$ 181,8 milhões ante R\$ 101,6 milhões no exercício anterior. Tal aumento se deve ao crescimento da receita líquida com a diversificação das receitas através de um *mix* de soluções ofertadas e a adição dos resultados gerados pelos grupos recém adquiridos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do exercício de 2021 foram de R\$ 97,0 milhões, um crescimento de 145,3% quando comparado ao exercício de 2020 quando o realizado foi de

R\$ 39,5 milhões. Esse crescimento decorre da incorporação recente dos Grupos Tiaxa e M4U, efetivados em setembro e novembro respectivamente, aumentando de forma absoluta todas as linhas de despesa, em especial despesas com pessoal, justificado pelo aumento do quadro de funcionários para suportar o crescimento das operações, e de *Hosting*. Cabe salientar que as potenciais sinergias geradas pelas aquisições ainda não foram capturadas em nossos resultados.

Lucro Operacional

O lucro operacional do exercício de 2021 aumentou em 36,7% em comparação com o exercício de 2020, devido ao aumento de nossa receita líquida, decorrente do nosso crescimento orgânico e inorgânico. As diferentes margens das operações incorporadas elevaram de forma absoluta nosso lucro operacional, que apresentou no exercício de 2021, R\$ 84,9 milhões, ante os R\$ 62,1 milhões no exercício de 2020.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício de 2021, o resultado financeiro líquido foi um lucro de R\$ 23,8 milhões, uma alteração de sentido comparando com o exercício de 2020 cujo valor de despesa foi de R\$ 3,7 milhões. Este fato refere-se majoritariamente a uma elevação dos rendimentos de aplicações financeiras, decorrente do caixa obtido no processo de IPO.

Lucro antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2021, considerando o desempenho operacional da Companhia, e todos os lançamentos em despesas operacionais e despesas financeiras líquidas, foi de R\$ 108,6 milhões ante um lucro de R\$ 58,4 milhões no exercício de 2020, uma variação de 86,1% entre os dois períodos de comparação, em função dos itens mencionados acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o exercício findo em

31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma despesa de R\$ 33,3 milhões com impostos, enquanto em 2020 reconheceu uma despesa de R\$ 22,7 milhões para essa linha.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 75,3 milhões comparado a um lucro de R\$ 35,7 milhões no exercício de 2020, um crescimento de 110,9%, explicados pelos fatores destacados acima.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Receita líquida	171.546	100,0%	154.586	100,0%	11,0%
Custos dos serviços prestados	(69.909)	-40,8%	(63.189)	-40,9%	10,6%
Lucro bruto	101.637	59,2%	91.397	59,1%	11,2%
Despesas gerais e administrativas	(39.532)	-23,0%	(26.651)	-17,2%	48,3%
Lucro operacional	62.105	36,2%	64.746	41,9%	-4,1%
Receitas Financeiras	2.159	1,3%	2.435	1,6%	-11,3%
Despesas Financeiras	(5.880)	-3,4%	(9.035)	-5,8%	-34,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58.384	34,0%	58.146	37,6%	0,4%
Imposto de renda e contribuição social	(22.654)	-13,2%	(21.710)	-14,0%	n.r.
Lucro Líquido do exercício	35.730	20,8%	36.436	23,6%	-1,9%

Receita Líquida

A receita operacional líquida do exercício de 2020 foi de R\$ 171,5 milhões, um aumento de 11,0% quando comparado ao exercício de 2019, quando foi registrada receita líquida de R\$ 154,6 milhões.

Esse aumento das receitas reflete a introdução de novos serviços de comunicações e microfinanças, que passaram a ser oferecidos em parceria com parte das principais operadoras no Brasil, conjuntamente com a introdução de novos canais de voz que passaram a ser utilizados em mais operadoras. Estes novos serviços e canais impulsionaram o crescimento da base de assinantes de receita recorrente e de microtransações.

Custos de Serviços Prestados

O custo de serviços prestados encerrou o exercício de 2020 em R\$ 69,9 milhões, representando 40,8% da receita operacional líquida do mesmo exercício. Comparativamente ao exercício de 2019, quando o custo de serviços prestados registrou um valor de R\$ 63,2 milhões, houve um aumento de 10,6%.

Lucro Bruto

O lucro bruto do exercício de 2020 apresentou crescimento de 11,2% comparativamente ao exercício de 2019, encerrando o período em R\$ 101,6 milhões ante R\$ 91,4 milhões no exercício anterior. Tal aumento se deve ao crescimento da receita líquida em uma proporção maior do que os custos de serviços relacionados a essa receita conforme destacado no item imediatamente anterior.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do exercício de 2020 foram de R\$ 39,5 milhões, um crescimento de 48,3% quando comparado ao exercício de 2019 quando o realizado foi de R\$ 26,7 milhões. Em relação a receita líquida, as despesas gerais e administrativas representaram 23,0% da receita líquida em 2020 ante 17,2% da receita líquida do exercício de 2019, crescimento este justificado pelo aumento no quadro de funcionários e de nossa infraestrutura para suportar o próprio crescimento da Companhia e os novos negócios agregados ao nosso portfólio.

Lucro Operacional

Apesar do aumento na receita líquida, o lucro operacional do exercício de 2020 diminuiu em 4,1% em comparação com o exercício de 2019, devido ao aumento das despesas operacionais, principalmente justificado pelo aumento no quadro de funcionários e de nossa infraestrutura para suportar o próprio crescimento da Companhia. O resultado do exercício de 2020 foi um lucro de R\$ 62,1 milhões, ante os R\$ 64,7 milhões de lucro registrado no exercício de 2019, principalmente pelos itens listados acima.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício de 2020, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 3,7 milhões, uma redução em despesa comparando com o exercício de 2019 cujo valor de despesa foi de R\$ 6,6 milhões. Este fato refere-se a uma redução das despesas financeiras que em 2019 foi de R\$ 9,0 milhões para R\$ 5,9 milhões em 2020.

Lucro antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2020, considerando o desempenho operacional da Companhia, e todos os lançamentos em despesas operacionais e despesas financeiras líquidas, foi de R\$ 58,4 milhões ante um lucro de R\$ 58,1 milhões no exercício de 2019, uma variação de 0,4% entre os dois períodos de comparação, em função dos itens mencionados acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma despesa de R\$ 22,7 milhões com impostos, enquanto em 2019 reconheceu uma despesa de R\$ 21,7 milhões para essa linha.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2020 foi de R\$ 35,7 milhões comparado a um lucro de R\$ 36,4 milhões no exercício de 2019, uma variação de 59,1% negativa, explicados pelos fatores destacados acima.

➤ FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Bemobi Mobile Tech S.A. relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Demonstrativo de Fluxo de Caixa dos exercícios sociais encerrados 2021, 2020 e 2019 Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	AH
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.311	86.496	-73,0%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(354.672)	(37.005)	858,4%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	549.363	(401)	-
Aumento líquido em Caixa e equivalentes de caixa	207.989	49.450	320,6%
Caixa e equivalentes de Caixa			
Saldo inicial	111.196	61.746	80,1%
Saldo final	319.185	111.196	187,0%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 23,3 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 86,5 milhões. O principal fator para essa redução em nosso fluxo de caixa decorre dos efeitos da incorporação dos ativos e passivos operacionais de M4U e Tiixa, recém adquiridas. Toda a adição desses ativos e passivos se deu de forma integral no terceiro e quarto trimestres, fazendo com que todo o efeito seja contabilizado em

comparação com uma base zero no ano anterior, dado que esses valores não faziam parte de nossas contas patrimoniais. Adiciona-se aqui o fato de que a geração operacional dessas empresas até setembro (Tiixa) e novembro (M4U) não faziam parte do resultado consolidado da Bemobi e, por isso, é excluída no fluxo de caixa com impacto integral no final do ano. É importante comentar que, em contrapartida aos efeitos descritos, com as aquisições também foram incorporados os seus respectivos saldos de caixa.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 354,7 milhões, em comparação aos R\$ 37,0 milhões utilizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento refere-se a maior pagamento relacionado a aquisição de controladas e aquisição líquida de títulos e valores mobiliários.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 549,4 milhões no exercício findo de 2021, comparado a um consumo de R\$ 0,4 milhão no exercício findo de 2020. Essa variação é decorrente principalmente do aumento de caixa decorrente da capitalização primária realizada pela Companhia superior a R\$ 1,0 bilhão através de sua abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) em contrapartida aos maiores dispêndios com contraprestações a pagar decorrente de sua reorganização societária, ao pagamento de dividendos de exercícios anteriores à abertura de capital ao antigo controlador e a implementação de seu programa de recompra de ações com consequente aumento de saldo em tesouraria.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	AH
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	86.496	68.218	26,8%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(37.005)	(27.044)	36,8%

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(401)	(2.993)	-86,6%
Aumento líquido em Caixa e equivalentes de caixa	49.450	38.181	29,5%
Caixa e equivalentes de Caixa			
Saldo inicial	61.746	23.565	162,0%
Saldo final	111.196	61.746	80,1%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 86,5 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 68,2 milhões. O principal fator para esse aumento em nosso fluxo de caixa se deve ao próprio crescimento do volume de negócios da Companhia ao longo do ano, possível de observar após ajustes do resultado de linhas que não impactaram o caixa no exercício.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 37,0 milhões, em comparação aos R\$ 27,0 milhões utilizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento refere-se a maior pagamento relacionado a empréstimos a partes relacionadas.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento foi de R\$ 0,4 milhão no exercício findo de 2020, comparado a um consumo de R\$ 3,0 milhões no exercício findo de 2019. Essa variação é decorrente principalmente dos dispêndios com empréstimos de partes relacionadas ocorridos no exercício anterior.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Bemobi é uma empresa de Tecnologia pioneira na distribuição e monetização de soluções digitais que conecta milhões de usuários ao redor do mundo a um portfólio amplo e inovador de serviços.

Atuamos em geografias onde, apesar de existir uma grande demanda por esses serviços, a quantidade de pessoas que efetivamente pagam pelo seu uso fica muito aquém da demanda potencial. Na prática, esse gap decorre da limitação da renda da população desses países e/ou pela ausência de acesso a meios digitais de pagamentos. Assim, um dos pontos mais importantes do nosso modelo de negócios está associado à capacidade de monetização dos serviços a partir da oferta de soluções alternativas de meios de pagamentos.

Tendo em mente esses elementos, desenvolvemos um modelo de negócios que permite a entrega de cada uma de nossas soluções a um nicho de mercado, até então desassistido, com a vantagem de ter pouca concorrência dos grandes players de tecnologia.

Atualmente, atuamos em quatro famílias de soluções principais:

- **Serviços de Assinaturas:** Oferecemos centenas de *apps* e jogos em troca de uma assinatura a um preço fixo e acessível, sem a necessidade de uso de cartão de crédito.
- **Soluções de microfinanças:** Trabalhamos com as operadoras de telecomunicações através de diferentes canais digitais suportados por uma plataforma tecnológica proprietária para oferecer a clientes pré-pagos diferentes soluções de microcrédito tirando a fricção de uso de clientes bloqueados. Nossas soluções incluem o adiantamento de crédito pré-pago, adiantamento de pacote de dados e adiantamento de chamada em função do perfil e momento de cada cliente e, em troca é cobrada uma taxa de conveniência.

Soluções de Pagamento Digital: Oferecemos uma plataforma digital white-label, fim-a-fim, para que as operadoras de telecomunicações possam vender Recarga de planos pré-pagos e realizar a cobrança de planos recorrentes (Controle) através de seus diversos canais online. Por cada transação gerenciada em nossa plataforma, a Companhia recebe um *fee* percentual sobre o valor geral da transação (TPV). Alternativamente, atua também na modalidade de comércio como revendedora de saldo para planos de telefonia.

- **Plataformas como Serviços (PaaS)** - Temos uma plataforma de ponta a ponta de serviço de mensageria de voz com acesso visual por *apps* e/ou integrado a sistemas de SMS/Whatsapp, *anti-spam* de chamadas e conversão de chamadas de voz em texto baseado em inteligência artificial. Oferecemos, também, à grandes corporações uma série de plataformas automáticas para gestão de campanhas, ofertas e canais de venda, contribuindo de forma direta para o crescimento dessas Companhias.

Operamos cada um desses serviços em um modelo B2B2C (*Business-To-Business-To-Consumer*) em parceria com operadoras de telefonia móvel, bancos digitais e *wallets* viabilizando a cobrança de nossos serviços direto em conta.

Como descrito acima, temos hoje diversas fontes de receitas o que permite a constante criação de oportunidades de crescimento seja através de novas parcerias, ampliação de canais de vendas ou adicionando novos serviços ao nosso portfólio digital, o que torna o nosso negócio mais balanceado e resiliente.

Nossa família de serviços de assinaturas digitais representou 56,2% de toda a receita líquida harmonizada (vide item 10.9) reconhecida pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A receita harmonizada (vide item 10.9) advinda desse modelo de negócios é baseado na cobrança de assinaturas por meio de operadoras de telefonia móvel, bancos digitais e *wallets* com renovação automática, que podem ser realizadas em periodicidade semanal e mensal e paga através do saldo de crédito do celular. Essa característica, presente na maior parte de nossos contratos, reduz os níveis de inadimplência de nossos clientes, sendo um importante propulsor do nosso histórico consistente de crescimento.

Além disso, as soluções de microfinanças alcançaram 9,2% da nossa receita harmonizada (vide item 10.9) em 2021, sendo um importante vetor de crescimento da empresa. Nesse modelo, o adiantamento do benefício é concedido imediatamente para os usuários sem saldo que realizam sua contratação e o pagamento é feito no momento de sua próxima recarga, gerando fidelização dos clientes e colaborando para ganho de receita recorrente.

A Bemobi gerenciou em 2021 aproximadamente R\$1,5 bilhão em transações em suas plataformas de pagamentos digitais, levando essa família de serviços a representar 10,5% de sua receita harmonizada (vide item 10.9).

E por último, a Bemobi oferece uma série de plataformas oferecidas como serviços às operadoras que incluem serviços comunicações, gerenciamento campanhas e gerenciamento de serviços. Essas soluções representaram 24% da receita harmonizada (vide item 10.9) da Companhia em 2021.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia apoiado em um modelo *Business to Business to Customers* (B2B2C) como principal canal de distribuição. Nossas operações, conforme supramencionado, consistem principalmente na venda de serviços de Assinaturas Digitais, microfinanças, pagamento digital e plataformas como serviço. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) **Emprego e Renda:** Nossos resultados podem sofrer grande alteração de acordo com a evolução de emprego e renda dos países que operamos. Por se tratar de serviços não essenciais, podemos nos deparar com a situação de o cliente interromper a contratação dos serviços ou de aumentar a inadimplência. Por outro lado, em momentos de crescimento econômico com melhoria desses indicadores, o potencial de ampliar o volume de negócios é extremamente relevante.

- (ii) **Inflação:** Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita dado que não há indexação em nossos contratos, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPC-A ou IGPM. A inflação (IPC-A) apresentou variação de 10,6%, 4,52% e 4,31% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.
- (iii) **Dólar:** A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais já que parte de nossas operações residem fora do Brasil e suas receitas e custos são atrelados a esta moeda. No entanto, a Companhia entende que há uma proteção natural para tais riscos cambiais uma vez que ambas componentes do resultado se encontram na mesma moeda. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o dólar apresentou variação ao ano de 7%, 31% e 4 %, respectivamente, conforme dados oficiais do Banco Central do Brasil (Bacen).
- (iv) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos podem ser considerados como investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa). Em caso de aumento em seu preço, podem adversamente afetar as nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços para os nossos clientes ou caso tais aumentos resultem numa redução nas nossas vendas.

Apesar do cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, a Companhia apresentou crescimento na sua receita operacional líquida, conforme apresentado no item 10.1 do presente Formulário de Referência.

Na avaliação dos Diretores, até o momento, os impactos nos negócios ou nas metas financeiras em razão da pandemia não foram significativos. Evento subsequente, a Companhia possui atividades internacionais, as quais estão distribuídas em mais de 40 países,

inclusive na Rússia e na Ucrânia, estes agora em conflitos bélicos. A Companhia possui uma controlada indireta na Ucrânia, sendo que, dos seus 750 colaboradores ao redor do mundo, 35 são lotados nesse país, e alguns deles já deixaram a região. Note-se que as receitas da Companhia advindas desses países, atualmente, representam aproximadamente 5% da receita global. Ainda, toda a tecnologia e informações da Companhia estão em nuvem. Portanto, tais ativos estão resguardados. De todo modo, os serviços prestados pela Companhia nos países citados continuam regulares, porém há o risco de eventual degradação ou mesmo paralisação. A Companhia busca auxiliar, o tanto quanto possível, seus colaboradores naquela região, assim como implementar ações com o objetivo de garantir a continuidade de suas operações e mitigar eventuais efeitos adversos. A administração ainda está avaliando os impactos sobre os negócios na região e da possível crise econômica originadas pelo evento bélico, pois caso haja uma prolongada desaceleração nas condições econômicas locais e regionais, pode vir a afetar os negócios da Companhia.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada por mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo e a evolução dos índices de inflação.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles as despesas com pessoal ligadas à salários, encargos e benefícios), além de outros gastos como viagens, publicidade e aluguel.

O aumento da inflação pode impactar negativamente os custos da Companhia, criando a necessidade de repassar esses custos em aumentos de preços e que podem gerar menores volumes de venda principalmente se a situação econômica (renda, desemprego, poder de compra) for desfavorável ou pressionar as margens operacionais caso não consiga repassar essa diferença de custos.

A Bemobi é uma empresa que prioriza estar na vanguarda da inovação, criando soluções que satisfaçam nossos clientes e que ampliem nossa relevância junto aos nossos parceiros. Esse

posicionamento nos permite a manutenção de taxas expressivas de crescimento do volume de vendas e de nossa receita ano após ano.

Na sequência, nossa receita líquida aumentou 10,9%, passando de R\$154,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 171,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação reflete não apenas a expansão de nosso negócio core de Assinaturas Digitais, mas principalmente, a evolução de nossas novas linhas de receita ligadas ao negócio de microfinanças, pagamentos e de PaaS.

Ao analisarmos o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nossa receita líquida alcançou R\$ 488,8 milhões frente R\$ 171,5 milhões no exercício anterior, refletindo um aumento devido a expansão dos serviços de PaaS, microfinanças e pagamentos.

Cabe salientar, que apesar de os impactos nos negócios ou nas metas financeiras em razão da pandemia não terem sido significativos, a pandemia trouxe queda da renda dos usuários pré-pagos (particularmente os de baixa renda, nosso público maior) e estes reduziram as recargas de seus planos e, conseqüentemente, o saldo para o faturamento de serviços digitais pela Companhia em 2020 e 2021.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, e no item 4.2 deste Formulário de Referência, as taxas de juro, de inflação e câmbio têm influência em na formação de nossa Receita Operacional, mas, em especial impactam diretamente nossa estrutura de custos e, portanto, podem impactar o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Não houve impacto relevante nos resultados da Companhia em função do câmbio ao longo dos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

Em relação ao cenário de inflação e juros houve forte redução dos valores observados na economia brasileira, reduzindo, dessa forma, os impactos no resultado operacional e financeiro da Companhia. De um lado, a menor inflação favorece a manutenção das margens da Companhia, incentivando seu crescimento a partir da manutenção de preço cobrado de

nossos clientes. Do outro lado, os menores juros ampliam a propensão ao consumo das pessoas, porém reduzem a rentabilidade das aplicações financeiras.

As aplicações financeiras da Companhia em geral são atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) / Taxa Referencial (TR) e, conseqüentemente, refletem as variações incorridas nesses indicadores.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 29 de setembro de 2020 a Companhia concluiu uma ampla reorganização societária do Grupo que resultou na aquisição pela Companhia da totalidade das ações, anteriormente, de titularidade da Bemobi Holding AS, na Noruega, das seguintes sociedades estrangeiras: (i) Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia); (ii) Bemobi International AS (Noruega); e (iii) Open Markets AS (Noruega), a qual, por sua vez, detém participação na (iv) Tulari Spain Sociedad Ltda.

*Eventos esperados em decorrência da consolidação da Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia)
("Consolidação Ucrânia")*

A partir da reorganização societária referida acima, determinadas receitas auferidas pela Bemobi Ukraine LLC anteriormente pagas pela Bemobi Holding AS passaram a ser pagas pela Bemobi International AS, sendo deste modo eliminadas das demonstrações contábeis consolidadas da Bemobi Mobile Tech S.A. a partir de 30 de setembro de 2020.

Referidas receitas são decorrentes de contratos de prestação de serviços pelo qual a Bemobi Ukraine LLC presta serviços de pesquisa e desenvolvimento, marketing, promoção e vendas de jogos e aplicativos móveis para a Companhia e algumas de suas sociedades controladas. As partes firmaram o contrato observando termos e condições usualmente acordadas entre partes independentes. O preço do serviço é fixado conforme o custo do serviço prestado, acrescido de uma taxa de mercado, determinada por tipo de serviço prestado.

Do total de receitas de prestação de serviços apresentadas nas nossas demonstrações financeiras combinadas em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 249,4 milhões, o

montante de R\$ 8,3 milhões refere-se a receitas da Bemobi Ukraine LLC com a Bemobi Holding AS. Tais valores, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram correspondentes, respectivamente, a R\$ 7,3 milhões e R\$ 6,3 milhões.

A Companhia concluiu em fevereiro o processo de abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) com objetivo de acelerar ainda mais seu crescimento orgânico nos canais, produtos e serviços existentes, em especial fora do Brasil, e viabilizar sua estratégia de crescimento inorgânico (via aquisições), capturando inúmeras oportunidades existentes e ampliando o retorno para os seus acionistas.

Nesse sentido, terceiro e quarto trimestres de 2021, avançamos nessa agenda com a concretização de duas importantes aquisições, da Tiaxa da M4U e, que vem para complementar e reforçar a estratégia de crescimento orgânico em curso.

De um lado, a Tiaxa possui uma linha de negócio muito sinérgica com a Bemobi na frente de adiantamento de saldos de recarga, onde são referência internacional ao apresentarem modelos de *Score* de Crédito diferenciados, que permite maior diversificação do ponto de vista de canais de clientes (ex. empresas do varejo, bancos, *fintechs*, etc.) e de produtos (ex. Monetização de Dados). Além disso, desenvolve uma série de Plataformas usadas como serviço pelas operadoras que viabilizam a gestão da oferta de serviços digitais, das regras e controles de mensageria e a orquestração de campanhas. Com isso, fortalece nosso portfólio de plataformas de Comunicação (soluções de caixa postal, *anti-spam*, identificador de chamadas e conversão de mensagens de voz em texto).

A M4U, por sua vez, amplia e complementa as opções de serviços de Microfinanças e Pagamentos com soluções e competências em meios de pagamento digital, gestão de cobrança recorrente e controles antifraude que reforçam nosso posicionamento no Brasil e que poderão ser replicados em nossas operações internacionais.

Tais aquisições agregam novas competências para a Bemobi em importantes frentes estratégicas de seu modelo de negócios. Ao serem adicionadas à plataforma da Bemobi que possui canais (Loop) eficientes de baixo custo e com amplo acesso à volume relevante de usuários potenciais advindos das parcerias já estabelecidas nos mais de 40 países em que atuamos, cria uma plataforma digital mais completa e robusta que permite múltiplas oportunidades de *cross-sell*, *up-sell* e de expansão de serviços para novos mercados.

Por fim, cabe ressaltar que, mesmo após essas duas aquisições, continuamos com a agenda de M&As ativa e atentos a novas oportunidades de negócios – sustentada por uma forte posição de caixa, livre de dívidas e com forte geração de caixa para apoiar as futuras aquisições.

(c) eventos ou operações não usuais.

Não Aplicável

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2021

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia em 2021.

2020

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia em 2020.

2019

Em 1º de janeiro de 2019, entraram em vigor as seguintes normas contábeis emitidas pelo CPC e pelo IASB:

- CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A partir dessa norma, os arrendatários deverão reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o novo pronunciamento utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo, reconhecida na data da aplicação inicial. Desta forma, a informação comparativa não foi reapresentada e continuou a ser divulgada de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos na aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: aplicação da isenção para não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos (i) com um período inferior a 12 meses; e (ii) de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica sobre como considerar a incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.

O CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro especifica sobre como contabilizar os tributos correntes e diferidos, mas não sobre como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- (i) Sobre como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; ou
- (ii) Se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Companhia. Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativa (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados), taxas de tributos e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões para resolução da incerteza.

Após a adoção da interpretação, a Companhia considerou se possui posições tributárias incertas, particularmente aquelas relacionadas à dedução fiscal do ágio gerado pela combinação de negócios ocorrida em 2015.

2018

Em 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as seguintes normas contábeis emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pelo IASB (*International Accounting Standards Board*):

- CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

Essa norma disciplina os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela será reconhecida. A referida norma substituiu a ICPC 02/IFRIC 15 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário e o CPC 30/IAS 18 – Receitas, e suas correspondentes interpretações.

Sob a nova norma, a Companhia passou a avaliar se seus contratos com clientes possuem obrigações de desempenho distintas e em que momento as respectivas receitas devem ser reconhecidas.

A Companhia adotou o novo pronunciamento utilizando o método retrospectivo modificado, o qual não requer a reapresentação de informações comparativas.

- CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Essa norma abrange a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma substituiu a orientação do CPC 38/IAS 39 no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros.

Sob a nova norma, a administração passou a considerar as informações presentes sobre eventos futuros no cálculo da provisão para perdas, considerando os elementos prospectivos.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração sob o CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração sob o CPC 48/IFRS 9, para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia:

	<u>CPC 38/IAS 39</u>	<u>CPC 48/IFRS 9</u>
	<u>Categoria</u>	<u>Categoria</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimo a parte relacionada	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Passivos financeiros

Contas a pagar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Obrigações com pessoal	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimo de parte relacionada	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Arrendamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contraprestações a pagar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o CPC 47/IFRS 15, a Companhia avaliou essa norma e verificou que não houve impacto significativo na adoção em 1º de janeiro de 2018, já que a natureza das receitas e os contratos com clientes vigentes nessa data não exigiram segregação por tipo de receita ou mudança na forma de reconhecimento em relação à norma anterior.

Para o CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou essa norma e verificou que não houve impacto significativo na adoção em 1º de janeiro de 2018, tendo em vista (i) que a mudança na classificação de ativos e passivos financeiros com a adoção da nova norma não resultou em mudança na mensuração e (ii) que o histórico de inadimplência era próximo ou igual a zero até essa data.

Para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia avaliou essa norma e verificou que não houve impacto significativo na adoção dessa norma em 1º de janeiro de 2019, já que os contratos de arrendamento operacional vigentes nessa data não estavam sujeitos à nova norma por possuírem prazo não cancelável inferior a 12 meses ou por serem de baixo valor. Porém, novos contratos de locação de imóveis passaram a ser registrados conforme a nova norma. Sob a nova norma, os valores registrados no ativo passaram a sofrer depreciação linear pelo período restante dos contratos, e os valores registrados no passivo passaram a sofrer atualização mensal a título de juros.

Para a ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia avaliou essa norma e verificou que não houve impacto significativo na adoção em 1º de janeiro de 2019, já que o tratamento tributário adotado pela Companhia nas suas atividades é considerado pela administração como sendo de provável aceitação pela autoridade fiscal brasileira.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não apresentou ressalvas ou ênfases.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não apresentou ressalvas ou ênfases.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não apresentou ressalvas ou ênfases.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não apresentou ressalvas ou ênfases.

10.5 – Políticas contábeis críticas

A Companhia e seus Diretores informam que mantêm a prática de revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Informam também que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício, e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionadas com os temas a seguir:

- Teste de recuperabilidade de ágio por expectativa de rentabilidade futura: Referente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura pago pela Opera Software Brasil Ltda. (“Opera”) na aquisição da Companhia em 07 de agosto de 2015, no valor de R\$ 154.933.417,29. Esse ágio por expectativa de rentabilidade futura está reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia, já que a Companhia incorporou a Opera em 31 de janeiro de 2018, e é testado anualmente quanto à sua recuperabilidade. O ágio por expectativa de rentabilidade futura é testado anualmente para avaliação do seu valor recuperável (teste de *impairment*), ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O valor recuperável é definido com base em cálculo do valor em uso, efetuado com base em estimativas da administração.

Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia, no qual avalia o negócio como um todo, ou seja, os resultados operacionais são regularmente avaliados pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho das operações do ponto de vista da Companhia como um todo.

- Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos): São calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, eventuais créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias que são reconhecidos na proporção da probabilidade de que um lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro. Os tributos sobre o lucro e outros tributos são apurados e registrados com base na interpretação da legislação por parte da administração.

A administração avalia a legislação tributária continuamente e adota premissas e faz estimativas considerando a provável aceitação do tratamento tributário aplicado às suas atividades pelas autoridades fiscais.

- Consideração sobre principal e agente na análise de contratos com clientes: A administração da Companhia, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15, suportada pelo entendimento dos seus assessores, realiza uma avaliação contínua das atividades e dos contratos com seus clientes de forma a determinar se atua como principal ou agente nos respectivos contratos. A administração entende que atua como principal nas atividades de revenda de bens e prestação de serviços, quando ocorrem os seguintes fatos: i) é responsável primária para o cumprimento do compromisso de fornecer os bens e serviços; ii) incorre em riscos na gestão e manutenção do estoque antes que os bens sejam transferidos aos clientes; iii) incorre em riscos de crédito e na gestão de fluxos de caixa ao adquirir os bens antes mesmo de realizar a venda aos

seus clientes; e iv) tem poder para determinação de preço dos bens que comercializa.

- Estimativa de valor justo em combinação de negócios: Em combinação de negócios, após avaliações financeiras realizadas por consultores externos, a administração da Companhia: i) estima o valor justo de ativos adquiridos (registrando mais valia em relação ao valor contábil desses ativos) e estima as respectivas vidas úteis; ii) estima o valor justo das contraprestações a pagar no futuro, com base na melhor estimativa sobre o atingimento de metas futuras, descontado a uma determinada taxa de juros; e iii) identifica o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais (*leasing*), ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, exceto pelos arrendamentos operacionais que possuem prazo não cancelável inferior a 12 meses ou são de baixo valor.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas nas demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia mencionados no item 10.6.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia mencionados no item 10.6.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia mencionados no item 10.6.

10.8 – Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são destinados ao aprimoramento dos serviços oferecidos atualmente e a efetividade de nossos canais, além de permitir a expansão da oferta de novos produtos ampliando a percepção de valor junto aos nossos clientes e parceiros.

De forma simplificada, os investimentos são direcionados a 4 grandes grupos: (i) investimento em infraestrutura, (ii) melhorias operacionais, (iii) desenvolvimento de novos produtos; e (iv) aquisição de novas empresas. No período de 12 meses até 31 de dezembro de 2021, o dispêndio de caixa na conta de capital (CAPEX) do Grupo Bemobi totalizou R\$ 26,4 milhões, majoritariamente ligado a ativos intangíveis.

Acreditamos que a Bemobi desenvolveu um posicionamento forte em um mercado crescente de serviços digitais nos países emergentes. Nos últimos anos, desenvolvemos um modelo simples de crescimento (playbook) que vem sendo executado de forma consistente, buscando a geração de efeitos de rede sempre que possível e se utilizando de ganho de escala para justificar maiores gastos em P&D (pesquisa e desenvolvimento) como uma forma de manter um maior diferencial competitivo. Desde 2013 a Bemobi aumentou seu investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e reforçou sua equipe a quase 75% de seus mais de 700 colaboradores diretos alocados a produtos e tecnologia.

Vemos oportunidades de crescimento orgânico promissoras, como o lançamento de novos serviços que alavanquem oportunidades de *cross-sell* e/ou *upsell* para nossa base de clientes atual, a criação de novos pontos de contato digital para os clientes móveis que possam e a expansão para através de novas parcerias com operadoras de telefonia, bancos digitais e *wallets*.

Possuímos, também, oportunidades claras de expansão por meio de aquisições que alavanquem nossos pontos fortes e os diferenciais do nosso modelo atual.

Dessa forma, a Companhia concluiu em fevereiro de 2021 o registro junto à CVM e oferta pública inicial de ações da Companhia (“IPO”), e de emissora categoria “A” com captação integralmente destinada para aumento de capital.

Do total de recursos captados, R\$ 244,9 milhões foram utilizados para concluir a reestruturação societária conduzida pelo acionista controlador em decorrência da transação de aquisição das demais subsidiárias. Adicionalmente, a Companhia distribuiu um valor de R\$ 178,2 milhões de dividendos aos antigos controladores referente aos lucros originados pré-IPO. E o restante do valor deverá ser utilizado em nossa estratégia de crescimento via aquisições.

Executamos com sucesso os primeiros movimentos de nossa agenda de M&A por meio da aquisição da companhia chilena Tiixa – incorporada a partir do terceiro trimestre – e da empresa brasileira M4U – incorporada a partir do quarto trimestre. Tais aquisições podem ser consideradas transformacionais ao nosso negócio ao aumentarem substancialmente nossas métricas financeiras, agregarem competências técnicas relevantes aos produtos de Microfinanças, Pagamentos e de PaaS, além de agregarem um forte time de Tecnologia e Produtos. Concluídas as aquisições, estamos empenhados em integrar tais Companhias e capturar as sinergias existentes.

Até a data do presente Formulário, cabe ressaltar que, mesmo após essas duas aquisições, continuamos ativos no mercado e com uma extensa agenda de prospecção de novos *targets* de M&As, sustentada pela nossa posição atual (+R\$ 500 milhões) e capacidade de geração de caixa.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

O plano de negócios da Companhia prevê que as fontes de financiamento para os investimentos a serem realizados decorrem do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais regulares da Companhia. Como destacado ao longo desse Formulário, a Companhia conduziu processo de abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) concluído em fevereiro de 2021 com objetivo claro de acelerar ainda mais nosso crescimento orgânico, em especial fora do Brasil, e viabilizar nossa estratégia de crescimento inorgânico (via aquisições).

Além disso, a Companhia pode avaliar a possibilidade de contrair financiamento através de acesso ao mercado de capitais e bancos parceiros, caso julgue necessário.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há planejamento de desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, dado que não há aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia na data deste Formulário de Referência.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia

O acionista controlador concluiu em 30 de setembro de 2020 uma ampla reorganização societária que resultou na aquisição pela Companhia da totalidade das ações, anteriormente, de titularidade da Bemobi Holding AS, na Noruega, das seguintes sociedades estrangeiras: (i) Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia); (ii) Bemobi International AS (Noruega); e (iii) Open Markets AS (Noruega), a qual, por sua vez, detém participação na (iv) Tulari Spain Sociedad Ltda.

Dessa forma, entendemos que a configuração de nossas demonstrações financeiras, ou seja, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas deva ser apresentada como se fosse uma única entidade econômica em todo seu histórico e não apenas da Bemobi Mobile Tech S.A. conforme descrito nos itens anteriores ao longo da Seção 10.

Adicionalmente, as linhas de resultados referentes aos períodos de 2019 e 2020 devem desconsiderar a Receita da Bemobi Ukraine por se tratar de uma contraparte relacionada, com uma receita originalmente intragrupo (antes da reorganização societária) e, portanto, deveria ser eliminada do histórico. A partir do quarto trimestre de 2020 tal ajuste deixa de ser necessário, face a conclusão da reorganização societária supramencionada.

Da mesma forma, em 03 de novembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de ações que representam 100% do capital social da M4U. Em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, a administração da Bemobi entende que o registro da receita e custos relacionados a operações dessa natureza podem criar distorções significativas na maneira de interpretação do resultado do Grupo. Nesse sentido, de modo a tornar comparáveis entre si os resultados alcançados entre as diversas empresas que atualmente compõem o Grupo Bemobi, tornaram-se necessário realizar a harmonização entre os demonstrativos, prevalecendo aqui, a forma utilizada pela Bemobi em suas últimas divulgações de resultados.

Exibiremos abaixo os mesmos indicadores apresentados anteriormente ao longo da Seção 10 exclusivamente para a Bemobi Mobile Tech S.A., agora na visão harmonizada de forma a permitir a melhor compreensão da dinâmica dos nossos negócios por parte de investidores e demais *stakeholders*.

As informações de resultado da Companhia discutidas na presente seção 10 não consideram os efeitos esperados em nossas linhas de resultado decorrentes da Consolidação Ucrânia, conforme descrito no item “10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras” deste Formulário de Referência, assim como, os ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U foram reclassificados.

A soma das diferentes fontes de receita da Companhia alcançou nos últimos exercícios sólido crescimento, em linha com os planos traçados em nosso modelo estratégico (*playbook*) evidenciando a consistência de sua execução. Sempre que possível, buscamos opções de investimentos que permitam a geração de efeitos de rede utilizando do ganho de escala para justificar maiores gastos em P&D e ampliar nosso diferencial competitivo.

Assim, nossa receita líquida passou de R\$ 221,7 milhões em 2019 para R\$ 241,1 milhões em 2020 e R\$ 328,2 milhões em 2021 refletindo a expansão de nossas receitas do *business* original de Assinaturas Digitais, o a forte expansão de nossas receitas de Microfinanças, Pagamentos e PaaS em decorrência dos avanços em nossa estratégia de diversificação de receita iniciado pela Companhia em 2019 e pela forte adição de receita advinda das aquisições de Tiaxa (31 de agosto de 2021) e M4U (3 de novembro de 2021).

A Margem Bruta Ajustada alcançada no acumulado dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 foi de R\$ 227,2 milhões, R\$ 160,9 milhões e R\$ 149,5 milhões, respectivamente, representando

uma margem Bruta Ajustada Percentual de 69,2% em 2021, 66,7% em 2020 e 67,4% em 2019.

Esse resultado reflete o crescimento de nossas operações no exterior através de canais próprios de venda (Loop) e a expansão relativa do volume de transações nos serviços de microfinanças, pagamentos e de PaaS, todos eles com maior margem de contribuição que o *business* original.

O EBITDA acumulado dos exercícios de 2021, 2020 e 2019 alcançou os valores de R\$ 121,2 milhões, R\$ 93,4 milhões e R\$ 84,5 milhões, respectivamente, representando uma margem EBITDA de 36,9% em 2021, 38,7% em 2020 e 38,1% em 2019.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possuía dívidas onerosas com instituições financeiras. Porém, conforme aprovado pelo Conselho de Administração a Companhia contratou 15 instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” que juntos somam R\$ 61,6 milhões, com a finalidade de maximizar a geração de valor aos acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de liquidez e capital dentro dos limites de seu programa de recompra de ações.

A Companhia declarou em 31 de dezembro de 2021 a distribuição do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 17,9 milhões que deverão ser pagos em 12/04/2022.

Decorrente das duas aquisições de empresas realizadas em setembro de 2021 e novembro de 2021, registrou-se o valor justo da contraprestação contingente calculado com base no valor mais provável a ser pago a depender do atingimento de metas de crescimento de vendas e de metas financeiras das empresas adquiridas no valor de R\$ 14,1 milhões em relação à M4U e R\$ 61,0 milhões referente à aquisição da Tiaxa, entre curto e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 319,2 milhões e mais R\$ 194,5 milhões em Títulos e Valores Mobiliários, totalizando R\$ 513,7 milhões, se referindo basicamente a posição de aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de acordo com o CDI, somados ao saldo de contas a receber de curto prazo

no valor de R\$ 216,1 milhões o que possibilita o cumprimento de suas obrigações nos curto, médio e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um índice de liquidez corrente de 2,6x (ante 0,7x atingido em 31 de dezembro de 2020), considerando o Ativo Circulante de R\$ 902,7 milhões (ante R\$ 220,2 milhões em 31 de dezembro de 2020) em comparação ao Passivo Circulante de R\$ 349,4 milhões (ante R\$ 229,5 milhões em 31 de dezembro de 2020). A variação superior à 300% do Ativo Circulante foi em grande parte impactado pelas incorporações citadas anteriormente, que correspondem à mais de 30% dessa linha no balanço.

Segue abaixo tabela a qual apresentamos alguns de nossos principais indicadores do período relativo aos três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas Combinadas e Harmonizadas

(em milhões de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita Líquida	328,2	241,1	221,7
Lucro Bruto	181,8	132,4	124,0
Margem Bruta Ajustada	227,2	160,9	149,5
Margem Bruta Ajustada (%)	69,2%	66,7%	67,4%
EBITDA	121,2	93,4	84,5
Margem EBITDA	36,9%	38,7%	38,1%
Resultado antes dos tributos e do resultado financeiro	88,5	66,4	65,9
Resultado antes dos tributos e do resultado financeiro - (%)	27,0%	27,5%	29,7%
Lucro Líquido	78,1	39,8	32,3
Margem Líquida	23,8%	16,5%	14,6%

* As informações de resultado utilizadas na tabela acima desconsideram a receita da Bemobi Ukraine contra partes relacionadas, a qual passou a ser eliminada das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir de 30 de setembro de 2020 (exclusive), conforme descrito no item “10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras” deste Formulário de Referência.

(em milhões de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Saldo de Caixa e Equivalentes	319,2	111,2	73,9
Títulos e valores mobiliários	194,5	-	-
Ativo Circulante (D)	902,7	220,2	183,7
Passivo Circulante (E)	349,4	299,5	49,6
Liquidez Corrente (D/E)	2,6	0,7	3,7

Comentários dos diretores sobre a estrutura de capital

A nossa estrutura de capital, medida pela relação entre os passivos circulantes e não circulantes e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era composta por 28,8% do capital de terceiros, passivo circulante mais passivo não circulante, e 71,2% de capital próprio, patrimônio líquido. A Companhia realizou, em 08 de fevereiro de 2021, a oferta pública de distribuição primária e secundária (“Oferta” ou “IPO”) de 51.874.515 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Essas ações foram distribuídas ao preço de R\$ 22,00 por ação, perfazendo o montante total de R\$ 1.141.239, sendo R\$ 1.094.118 referente à Oferta Primária e R\$ 47.121 referente à Oferta Secundária. Cabe ressaltar que somente os recursos referentes à Oferta Primária, no valor de R\$ 1.094.118, transitaram pela Companhia, sendo que os recursos referentes à Oferta Secundária, no valor de R\$ 47.121, foram liquidados diretamente pelo banco coordenador líder da operação junto aos acionistas vendedores.

Desse total, foram pagos à título de contraprestações à sua controladora direta, Bemobi Holding AS, o valor líquido de R\$ 244,9 milhões referente à aquisição das empresas Bemobi International AS, Bemobi Ukraine LLC e Open Markets AS, valor pago em abril de 2021. Além disso, pagou um valor de dividendos de R\$ 178,2 milhões à Otello Technology Investment AS, que possuía 100% do capital social da Companhia antes do IPO.

As principais alterações significativas registradas entre o período 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021 serão descritas nos parágrafos a seguir.

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com capital total de R\$ 437,0 milhões, composto por 13,2% (ou R\$ 57,8 milhões) por capital de terceiros e 86,8% (ou R\$379,2 milhões) por capital próprio, após ter realizado um aumento de capital social mediante conversão de um mútuo que possuía com a Bemobi Holding AS no valor atualizado de R\$ 142.624.

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com capital total de R\$ 456,9 milhões, composto 66,2% (ou R\$ 302,3 milhões) por capital de terceiros e 33,8% (ou R\$ 154,6 milhões por capital próprio). Durante o exercício de 2020, a receita líquida cresceu 8,7% em comparação com o exercício do ano anterior enquanto as principais linhas de custos e despesas operacionais aumentaram 12,1% passando de R\$ 155,8 milhões no exercício de 2019 para R\$ 174,7 milhões no exercício de 2020. O resultado líquido no exercício de 2020 foi de R\$ 39,8 milhões.

Já durante o exercício de 2021, apesar da receita líquida ter crescido 36,1% em comparação com o exercício do ano anterior, as principais linhas de custos e despesas operacionais também aumentaram, passando de R\$ 174,7 milhões no exercício de 2020 para R\$ 240,6 milhões. Esses efeitos combinados geraram um resultado líquido no exercício de 2021 de R\$ 78,1 milhões. A Companhia encerrou 2021 com capital total de R\$ 1.445,5 milhões, composto 28,8% (ou R\$ 415,7 milhões) por capital de terceiros e 71,2% (ou R\$ 1.029,7 milhões por capital próprio).

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	415,7	302,3	57,8
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.029,7	154,6	379,2
Capital total (terceiros + próprio)	1.445,5	456,9	437,0
Parcela de capital de terceiros	28,8%	66,2%	13,2%
Parcela de capital próprio	71,2%	33,8%	86,8%

Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia manteve elevada capacidade de geração de caixa operacional refletindo as margens obtidas, ao seu menor grau de alavancagem operacional e de seu curto ciclo financeiro.

Nos últimos três exercícios, a Companhia gerou R\$ 174,9 milhões de caixa operacional, sendo R\$ 66,7 milhões em 2019, R\$ 84,8 milhões em 2020 e outros R\$ 23,3 milhões em 2021.

Vale destacar que o menor valor de geração de caixa operacional apresentada em 2021 decorre exclusivamente dos efeitos da incorporação dos ativos e passivos operacionais de M4U e Tiixa, recém adquiridas. Toda a adição desses ativos e passivos se deu de forma integral no terceiro e quarto trimestres, fazendo com que todo o efeito seja contabilizado em comparação com uma base zero no ano anterior dado que esses valores não faziam parte de nossas contas patrimoniais. Adiciona-se aqui o fato de que a geração operacional dessas empresas até setembro (Tiixa) e novembro (M4U) não faziam parte do resultado consolidado da Bemobi e, por isso, é excluída no fluxo de caixa com impacto integral no final do ano. Em contrapartida é importante salientar que com as aquisições também foram incorporados os seus respectivos saldos de caixa.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 349,4 milhões, patamar elevado após a incorporação dos resultados das recém adquiridas Tiixa e M4U. O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 66,3 milhões, alocados em contraprestações a pagar e arrendamentos, que representavam 79,6% e 16,8% respectivamente. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 513,7 milhões e um contas a receber de R\$ 216,1 milhões.

A Companhia em 31 de dezembro de 2020 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 299,5 milhões, sendo a maior parte decorrente de contraprestação a pagar no valor total de R\$ 244,9 milhões referente a reorganização societária, um passivo não circulante total no valor de R\$ 2,8 milhões, além

de um valor de dividendos declarados de R\$ 178,2 milhões em reserva de lucros. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 111,2 milhões e um contas a receber de R\$ 93,9 milhões.

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 49,6 milhões. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 73,9 milhões e um contas a receber de R\$ 90,4 milhões.

A Diretoria acredita que tais informações sinalizam a capacidade da Companhia de honrar com seus compromissos financeiros. E, caso a Companhia entenda como necessário contrair algum tipo de empréstimo para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los. Essa conclusão baseia-se nas informações descritas na tabela a seguir.

(em milhões de R\$, exceto os índices)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Total do Ativo (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) (A)	1.445,5	456,9	437,0
Total do Passivo (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) (B)	415,7	302,3	57,8
Saldo de Caixa e Equivalentes (C)	319,2	111,2	73,9
Títulos e valores mobiliários (C)	194,5	-	-
Ativo Circulante (D)	902,7	220,2	183,7
Passivo Circulante (E)	349,4	299,5	49,6
Índice de Liquidez Geral (A/B)	3,5	1,5	7,6
Índice de liquidez Imediata (C) / (E)	1,5	0,4	1,5
Índice de liquidez corrente (D) / (E)	2,6	0,7	3,7

Fontes de financiamento para capital de giro para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a principal fonte de financiamento das atividades operacionais da Companhia foi o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados às suas atividades e negócios. Além disso, para viabilizar seu processo de expansão inorgânica a Companhia concluiu em fevereiro de 2021 seu processo de abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) adicionando recursos líquidos superiores a R\$ 600 milhões ao caixa da Companhia, após o pagamento das contraprestações à sua antiga controladora direta, Bemobi Holding AS, referente à aquisição das empresas Bemobi International AS, Bemobi Ukraine LLC e Open Markets, e ao valor de dividendos de R\$ 178,2 milhões pagos à Otello Technology Investment AS, que possuía 100% do capital social da Companhia antes do IPO.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos atuais.

Caso a Companhia entenda como necessário contrair algum tipo de empréstimo para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter ampla capacidade para contratá-los.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Como destacado ao longo desse Formulário, a Companhia mantém amplo histórico de geração positiva de caixa, garantindo uma adequada situação de liquidez no momento.

Visando acelerar nosso crescimento nos produtos, serviços, canais e regiões que atuamos, seja no Brasil ou no exterior, assim como de agregar novas linhas com objetivo de maximizar o retorno aos nossos acionistas, a Companhia realizou em fevereiro 2021 a abertura de capital na bolsa brasileira (B3).

Parte dos recursos obtidos foram utilizados na reorganização das diferentes sociedades que passam a compor o novo organograma da Companhia a partir da aquisição da totalidade das

ações, anteriormente, de titularidade da Bemobi Holding AS, na Noruega, das seguintes sociedades estrangeiras: (i) Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia); (ii) Bemobi International AS (Noruega); e (iii) Open Markets AS (Noruega), a qual, por sua vez, detém participação na (iv) Tulari Spain Sociedad Ltda. Tais aquisições permitirão melhor alinhamento do negócio do ponto de vista estratégico, tático e de governança para essa uma fase de expansão viabilizando a aceleração de nosso plano de internacionalização.

Adicionalmente, essa capitalização executamos com sucesso os primeiros movimentos de nossa agenda de M&A por meio da aquisição da companhia chilena Tiixa – incorporada a partir do terceiro trimestre – e da empresa brasileira M4U – incorporada a partir do quarto trimestre. Tais aquisições podem ser consideradas transformacionais ao nosso negócio ao aumentarem substancialmente nossas métricas financeiras, agregarem competências técnicas relevantes aos produtos de Microfinanças, Pagamentos e de PaaS, além de agregarem um forte time de Tecnologia e Produtos. Concluídas as aquisições, estamos empenhados em integrar tais Companhias e capturar as sinergias existentes. Cabe ressaltar que, mesmo após essas duas aquisições, continuamos ativos no mercado e com uma extensa agenda de prospecção de novos targets de M&As, sustentada pela nossa posição atual (+R\$ 500 milhões) e capacidade de geração de caixa.

Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Conforme descrito no item 10.1 (c) acima, os diretores reiteram que a Companhia possui atualmente, baseado nos dados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, saúde financeira para honrar com seus compromissos assumidos dado sua capacidade de geração de caixa operacional.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 349,4 milhões, onde além dos demais valores, temos um total, R\$ 293,5 milhões dizem respeito à contas a pagar, e outras obrigações das recém adquiridas empresas Tiixa e M4U.

Contratos de empréstimo de financiamento relevantes

Não aplicável. A Companhia Combinada em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Não aplicável. A Companhia Combinada em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia Combinada

Não aplicável. A Companhia Combinada em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

Restrições impostas à Companhia Combinada, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não aplicável. A Companhia Combinada em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável. A Companhia Combinada em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e Consolidada em 31 de dezembro de 2021 não possuía nenhum valor contratado relacionado a empréstimos e financiamentos.

Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Para fins de apresentação desta seção entendemos que a configuração de nossas demonstrações financeiras será alterada de forma material, ou seja, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas passarão a ser apresentadas como se fossem uma única entidade econômica. Adicionalmente, foram realizados ajustes de Harmonização realizados em 2021 em decorrência do cumprimento das normas previstas no CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), especificamente no que tange a modalidade de comércio, onde receita e custos relacionados a operações dessa natureza advindos da aquisição de 100% da M4U. Dessa forma, exibimos nesta seção os indicadores na visão combinada e harmonizada dessas entidades empresariais para melhor compreensão dos negócios por parte de investidores e demais *stakeholders*.

➤ BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADAS E CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial Combinado de encerramento dos exercícios sociais de 2020 e 2019 e Consolidado e 2021

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	319.185	22,1%	111.196	24,3%	187,0%
Títulos e valores mobiliários	194.548	13,5%	-	-	-
Contas a receber de clientes	216.113	15,0%	93.877	20,5%	130,2%
Estoques	57.401	4,0%	-	-	-

Tributos a recuperar	28.501	2,0%	6.643	1,5%	329,0%
Adiantamentos a terceiros	11.116	0,8%	7.467	1,6%	48,9%
Empréstimo a parte relacionada	-	-	-	-	-
Outros valores a receber	75.864	5,2%	1.036	0,2%	7222,8%
Total ativo circulante	902.728	62,5%	220.219	48,2%	309,9%
Não circulante					
Outros valores a receber	687	0,0%	43	0,0%	1497,7%
Empréstimo a parte relacionada	-	0,0%	-	0,0%	-
Tributos diferidos	32.275	2,2%	15.687	3,4%	105,7%
Imobilizado	29.779	2,1%	12.627	2,8%	135,8%
Intangível	480.003	33,2%	208.352	45,6%	130,4%
Total ativo não circulante	542.744	37,5%	236.709	51,8%	129,3%
Total do ativo	1.445.472	100,0%	456.928	100,0%	216,3%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Circulante					
Obrigações com pessoal	39.278	2,7%	14.077	3,1%	179,0%
Tributos a Recolher	9.429	0,7%	4.289	0,9%	119,8%
Contas a Pagar	140.240	9,7%	26.575	5,8%	427,7%
Dividendos a Pagar	17.895	1,2%	8.486	1,9%	110,9%
Arrendamentos	4.111	0,3%	1.173	0,3%	250,5%
Contraprestação a Pagar	30.117	2,1%	244.920	53,6%	-87,7%
Outras obrigações	108.361	7,5%	-	-	-
Total passivo circulante	349.431	24,2%	299.520	65,6%	16,7%
Não circulante					
Tributos diferidos	-	0,0%	-	0,0%	-
Empréstimo de parte relacionada	-	-	-	0,0%	-
Arrendamentos	11.134	0,8%	2.780	0,6%	300,5%

Contraprestações a pagar	52.769	3,7%	-	-	-
Outras obrigações	2.415	0,2%	-	-	-
Total passivo não circulante	66.318	4,6%	2.780	0,6%	2285,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.233.744	85,4%	183.391	40,1%	572,7%
Ações em tesouraria	-46.125	-3,2%	4.302	0,9%	-
Reserva de Capital	-	0,0%	4.302	0,9%	-
Reserva de Lucros	71.252	4,9%	192.030	42,0%	-62,9%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-225.094	-15,6%	(225.426)	-49,3%	-0,1%
Ajustes acumulados de conversão	-4054	-0,3%	331	0,1%	-1324,8%
Total do patrimônio líquido	1.029.723	71,2%	154.628	33,8%	565,9%
Total passivo e patrimônio líquido	1.445.472	100,0%	456.928	100,0%	216,3%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 902,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 220,2 milhões. Este aumento de 309,9% é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 208,0 milhões na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa, ao montante de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 194,5 milhões e de R\$ 122,2 milhões na conta de Contas a Receber de Clientes, acompanhando o crescimento da receita da Companhia em todas suas linhas de negócio. Vale destacar o êxito de sua estratégia de diversificação de fontes de receita, principalmente no segmento de Microfinanças, Pagamento Digital e de Plataformas como Serviço (PaaS), que além de seu crescimento orgânico contou com a adição de resultados das receitas advindas das empresas recém adquiridas. Outro ponto de destaque foi a forte expansão internacional da Companhia que já representa 45% da receita total.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 542,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 236,7 milhões. Esse crescimento na ordem de 129% pode ser explicado com o aumento da conta de intangíveis, responsável por 88% do total dos ativos não circulantes. Essa variação decorrer majoritariamente do registro da mais valia dos ativos intangíveis dos Grupos recém adquiridos, através de contas como Carteira de clientes, Marca e Tecnologia.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 349,4 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 299,5 milhões. Este aumento de 16,7% é atribuído à adição dos resultados das recém adquiridas Tiaxa e M4U, majoritariamente impactada pelos valores a pagar de créditos para recarga de telefones celulares e que serão destinados à revenda no curtíssimo prazo.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 66,3 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 2,8 milhões. Este aumento decorre do crescimento dos valores de contraprestações a pagar que surgem a partir da conclusão das aquisições de empresas e da adição na linha de arrendamentos mercantis em R\$ 11,1 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.029,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 154,6 milhões. Esse crescimento se deve majoritariamente à conclusão da abertura de capital (IPO) na B3. E em decorrência desse processo, a Companhia emitiu novas ações com a consequente captação de recursos e que resultaram em aumento líquido do capital social no valor de R\$ 1.050,4 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	111.196	24,3%	73.914	16,9%	50,4%
Contas a receber de clientes	93.877	20,5%	90.390	20,7%	3,9%
Tributos a recuperar	6.643	1,5%	4.197	1,0%	58,3%
Adiantamentos a terceiros	7.467	1,6%	5.662	1,3%	31,9%
Empréstimo a parte relacionada	-	-	8.040	1,8%	-100%
Outros valores a receber	1.036	0,2%	1.543	0,4	-32,9%
Total ativo circulante	220.219	48,2%	183.746	42,0%	19,8%
Não circulante					
Outros valores a receber	43	0,0%	38	0,0%	13,2%
Empréstimo a parte relacionada	-	0,0%	260	0,1%	-100%
Tributos diferidos	15.687	3,4%	34.205	7,8%	-54,1%
Imobilizado	12.627	2,8%	10.023	2,3%	26,0%
Intangível	208.352	45,6%	208.716	47,8%	-0,2%
Total ativo não circulante	236.709	51,8%	253.242	58,0%	-6,5%
Total do ativo	456.928	100,0%	436.988	100,0%	4,6%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Circulante					
Obrigações com pessoal	14.077	3,1%	13.171	3,0%	6,9%
Tributos a Recolher	4.289	0,9%	5.967	1,4%	-28,1%
Dividendos a Pagar	26.575	5,8%	30.055	6,9%	-11,6%

Contas a Pagar	8.486	1,9%	-	-	-
Arrendamentos	1.173	0,3%	421	0,1%	178,6%
Contraprestação a Pagar	244.920	53,6%	-	-	-
Total passivo circulante	299.520	65,6%	49.614	11,4%	503,7%
Não circulante					
Tributos diferidos	-	0,0%	18	0,0%	-
Empréstimo com parte relacionada	-	0,0%	7.409	1,7%	-
Arrendamentos	2.780	0,6%	723	0,2%	284,5%
Total passivo não circulante	2.780	0,6%	8.150	1,9%	-65,9%
Patrimônio líquido					
Capital social	183.391	40,1%	203.705	46,6%	-10,0%
Reserva de Capital	4.302	0,9%	10.296	2,4%	-58,2%
Reserva de Lucros	192.030	42,0%	-	-	-
Lucros Acumulados	-	0,0%	165.391	37,8%	-100,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	-225.426	-49,34%			-
Ajustes acumulados de conversão	331	0,07%	-168	0,00%	-297,0%
Total do patrimônio líquido	154.628	33,84%	379.224	86,80%	-59,2%
Total passivo e patrimônio líquido	456.928	100,00%	436.988	100,00%	4,6%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 220,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 183,7 milhões. Este aumento de 19,8% é atribuído substancialmente ao aumento de R\$ 37,3 milhões na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 236,7 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 253,2 milhões. Vale observar que a conta de tributos diferidos reduziu R\$ 18,5 milhões.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 299,5 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 49,6 milhões. Esse aumento substancial se refere a contraprestações a pagar à sua controladora, Bemobi Holding AS, no valor líquido de R\$ 244,9 milhões.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 2,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 8,2 milhões. Esta redução é atribuída substancialmente à conversão do mútuo existente à época com a Bemobi Holding AS em capital social.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 154,6 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 379,2 milhões. Esta redução é atribuída substancialmente referente à diferença entre a contraprestação acordada, no valor de R\$ 290,4 milhões e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia de R\$ 65,0 milhões. Refere-se a reorganização societária já mencionado e detalhado no item 16 desse Formulário de Referência.

➤ **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO HARMONIZADO**

Demonstração dos Resultados Harmonizados dos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Receita líquida	328.213	100,0%	241.125	100,0%	36,1%
Custos dos serviços prestados	-146.366	-44,6%	(108.697)	-45,1%	34,7%
Lucro bruto	181.848	55,4%	132.428	54,9%	37,3%
Despesas gerais e administrativas	-94.237	-28,7%	(66.052)	-27,4%	42,7%
Lucro operacional	87.611	26,7%	66.376	27,5%	32,0%
Receitas Financeiras	30.267	9,2%	2.275	0,9%	1230,4%
Despesas Financeiras	-6.502	-2,0%	(4.345)	-1,8%	49,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.306	34,2%	64.306	26,7%	74,6%
Imposto de renda e contribuição social	-34.229	-10,4%	(24.510)	-10,2%	39,7%
Lucro líquido do exercício	78.077	23,8%	39.796	16,5%	96,2%

* As informações de resultado utilizadas na tabela acima desconsideram a receita da Bemobi Ukraine contra partes relacionadas, a qual passou a ser eliminada das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir de 30 de setembro de 2020 (exclusive), conforme descrito no item "10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras" deste Formulário de Referência.

Receita Líquida

A receita operacional líquida do exercício de 2021 foi de R\$ 328,2 milhões, um aumento de 36,1% quando comparado ao exercício de 2020, quando foi registrada receita líquida de R\$ 241,1 milhões.

Esse aumento das receitas reflete a expansão de nossas linhas de negócios com a adição de novas soluções digitais em nosso portfólio. Além disso, em setembro de 2021 e novembro de 2021 alcançamos avanços importantes em nossa agenda de crescimento inorgânico com a conclusão de duas importantes operações de M&A, elevando as receitas também em nossa oferta de soluções de pagamentos, microfinanças e PaaS.

Custos de Serviços Prestados

O custo de serviços prestados de nossas operações combinadas encerrou o exercício de 2021 em R\$ 146,4 milhões, representando 44,6% da receita operacional líquida do mesmo exercício. Comparativamente ao exercício de 2020, quando o custo de serviços prestados somou R\$ 108,7 milhões e registrou um aumento de 34,7%, refletindo o maior volume de negócios transacionados e a inclusão de custos decorrentes das aquisições de Tiixa e M4U.

Lucro Bruto

O lucro bruto do exercício de 2021 apresentou crescimento de 37,3% comparativamente ao exercício de 2020, encerrando o período em R\$ 181,8 milhões ante R\$ 132,4 milhões no exercício anterior. Tal aumento se deve ao crescimento da receita líquida com a diversificação das receitas através de um *mix* de soluções ofertadas e a adição dos resultados gerados pelos grupos recém adquiridos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do exercício de 2021 foram de R\$ 94,2 milhões, um crescimento de 42,7% quando comparado ao exercício de 2020 quando o realizado foi de R\$ 66,1 milhões. Em relação a receita líquida, as despesas gerais e administrativas representaram 28,7% da receita líquida em 2021 ante 27,4% da receita líquida do exercício de 2020. Esse crescimento decorre da incorporação recente dos Grupos Tiixa e M4U, efetivados em setembro e novembro respectivamente, aumentando de forma absoluta todas as linhas de despesa, em especial despesas com pessoal, justificado pelo aumento do quadro de funcionários para suportar o crescimento das operações, e de *Hosting*. Cabe salientar que as potenciais sinergias geradas pelas aquisições ainda não foram capturadas em nossos resultados.

Lucro Operacional

O lucro operacional do exercício de 2021 foi 32,0% maior do que o do exercício 2020. O resultado do exercício de 2021 foi um lucro de R\$ 87,6 milhões, ante os R\$ 66,4 milhões de lucro registrado no exercício de 2020. A expansão observada nesse indicador decorrer diretamente do aumento de nossa receita líquida, decorrente do crescimento orgânico e inorgânico, somado às maiores margens apresentadas nos negócios de microfinanças, pagamento digital e PaaS, em ampla expansão.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício de 2021, o resultado financeiro líquido foi uma receita de R\$ 23,8 milhões, quando no exercício de 2020 o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 2,1 milhões, essa inversão no resultado financeiro se deve majoritariamente à elevação dos rendimentos de aplicações financeiras, decorrente do caixa obtido no processo de IPO.

Lucro antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2021, considerando o desempenho operacional da Companhia Consolidada, e todos os lançamentos em despesas operacionais e despesas financeiras líquidas, foi de R\$ 112,3 milhões ante um lucro de R\$ 64,3 milhões no exercício de 2020, uma variação positiva de 74,6% entre os dois períodos de comparação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um gasto de R\$ 34,2 milhões com impostos, enquanto em 2020 reconheceu um gasto de R\$ 24,5 milhões para essa linha.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 78,1 milhões comparado a um lucro de R\$ 39,8 milhões no exercício de 2020, uma variação de 96,2% positiva, explicados pelos fatores destacados acima.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Receita líquida	241.125	100,0%	221.742	100,0%	8,7%
Custos dos serviços prestados	(108.697)	-45,1%	(97.727)	-44,1%	11,2%
Lucro bruto	132.428	54,9%	124.015	55,9%	6,8%
Despesas gerais e administrativas	(66.052)	-27,4%	(58.088)	-26,2%	13,7%
Lucro operacional	66.376	27,5%	65.927	29,7%	0,7%
Receitas Financeiras	2.275	0,9%	2.605	1,2%	-12,7%
Despesas Financeiras	(4.345)	-1,8%	(9.879)	-4,5%	-56,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.306	26,7%	58.653	26,5%	9,6%
Imposto de renda e contribuição social	(24.510)	-10,2%	(26.313)	-11,9%	-6,9%
Lucro líquido do exercício	39.796	16,5%	32.340	14,6%	23,1%

* As informações de resultado utilizadas na tabela acima desconsideram a receita da Bemobi Ukraine contra partes relacionadas, a qual passou a ser eliminada das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir de 30 de setembro de 2020 (exclusive), conforme descrito no item "10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras" deste Formulário de Referência.

Receita Líquida

A receita operacional líquida do exercício de 2020 foi de R\$ 241,1 milhões, um aumento de 8,7% quando comparado ao exercício de 2019, quando foi registrada receita líquida de R\$ 221,7 milhões.

Esse aumento das receitas reflete a introdução de novos serviços de comunicações e microfinanças, que passaram a ser oferecidos em parceria com parte das principais operadoras no Brasil, conjuntamente com a introdução de novos canais de voz que passaram a ser utilizados em mais operadoras. Estes novos serviços e canais impulsionaram o crescimento da base de assinantes de receita recorrente.

Custos de Serviços Prestados

O custo de serviços prestados de nossas operações combinadas encerrou o exercício de 2020 em R\$ 108,7 milhões, representando 43,6% da receita operacional líquida do mesmo exercício. Comparativamente ao exercício de 2019, quando o custo de serviços prestados somou R\$ 97,7 milhões e registrou um aumento de 11,2%, refletindo o maior volume de negócios transacionados e a mudança de mix geográfico decorrente do crescimento de nossas operações internacionais que possuem um custo mais elevado de aquisição de clientes.

Lucro Bruto

O lucro bruto do exercício de 2020 apresentou crescimento de 6,8% comparativamente ao exercício de 2019, encerrando o período em R\$ 132,4 milhões ante R\$ 124,0 milhões no exercício anterior.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do exercício de 2020 foram de R\$ 66,1 milhões, um crescimento de 13,7% quando comparado ao exercício de 2019 quando o realizado foi de R\$ 58,1 milhões. Em relação a receita líquida, as despesas gerais e administrativas representaram 26,5% da receita líquida em 2020 ante 25,4% da receita líquida do exercício de 2019, crescimento este justificado pelo aumento no quadro de funcionários e de nossa

infraestrutura para suportar o próprio crescimento da Companhia e os novos negócios agregados ao nosso portfólio.

Lucro Operacional

O lucro operacional do exercício de 2020 foi 0,7% maior do que o do exercício 2019. O resultado do exercício de 2020 foi um lucro de R\$ 66,4 milhões, ante os R\$ 65,9 milhões de lucro registrado no exercício de 2019, uma variação oriunda dos efeitos descritos nos itens anteriores.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício de 2020, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 2,1 milhões, quando no exercício de 2019 o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 7,3 milhões, uma variação positiva do exercício de 2019 para o de 2020 de 71,5%, refletindo uma menor despesa financeira.

Lucro antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2020, considerando o desempenho operacional da Companhia Consolidada, e todos os lançamentos em despesas operacionais e despesas financeiras líquidas, foi de R\$ 64,3 milhões ante um lucro de R\$ 58,7 milhões no exercício de 2019, uma variação positiva de 9,6% entre os dois períodos de comparação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável do período de apuração, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um gasto de R\$ 24,5 milhões com impostos, enquanto em 2019 reconheceu um gasto de R\$ 26,3 milhões para essa linha.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2020 foi de R\$ 39,8 milhões comparado a um lucro de R\$ 32,3 milhões no exercício de 2019, uma variação de 23,1% positiva, explicados pelos fatores destacados acima.

➤ FLUXO DE CAIXA COMBINADAS E CONSOLIDADAS

Demonstrativo de Fluxo de Caixa Combinado dos exercícios sociais encerrados 2020 e 2019 e consolidado para 2021.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	AH
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.311	84.827	-72,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(354.672)	(53.353)	564,8%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	549.363	3.005	18181,6%
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa	(10.013)	2.803	-457,2%
Aumento líquido em Caixa e equivalentes de caixa	207.989	37.282	457,9%
Caixa e equivalentes de Caixa			
Saldo inicial	111.196	73.914	50,4%
Saldo final	319.185	111.196	187,0%

* As informações de resultado utilizadas na tabela acima desconsideram a receita da Bemobi Ukraine contra partes relacionadas, a qual passou a ser eliminada das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir de 30 de setembro de 2020 (exclusive), conforme descrito no item "10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras" deste Formulário de Referência.

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 23,3 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício findo em

31 de dezembro de 2020, de R\$ 84,8 milhões. O principal fator para essa redução em nosso fluxo de caixa decorre dos efeitos da incorporação dos ativos e passivos operacionais de M4U e Tiaxa, recém adquiridas. Toda a adição desses ativos e passivos se deu de forma integral no terceiro e quarto trimestres, fazendo com que todo o efeito seja contabilizado em comparação com uma base zero no ano anterior, dado que esses valores não faziam parte de nossas contas patrimoniais. Adiciona-se aqui o fato de que a geração operacional dessas empresas até setembro (Tiaxa) e novembro (M4U) não faziam parte do resultado consolidado da Bemobi e, por isso, é excluída no fluxo de caixa com impacto integral no final do ano. É importante comentar que, em contrapartida aos efeitos descritos, com as aquisições também foram incorporados os seus respectivos saldos de caixa.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 354,7 milhões, em comparação aos R\$ 53,4 milhões utilizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esta maior saída de R\$ 301,3 milhões no caixa é atribuída substancialmente às aquisições de controladas e aquisição líquida de títulos e valores mobiliários.

Caixa gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 549,4 milhões no exercício findo de 2021, comparado ao caixa gerado de R\$ 3,0 milhões no exercício findo de 2020. Essa variação é decorrente principalmente do aumento de caixa decorrente da capitalização primária realizada pela Companhia superior a R\$ 1,0 bilhão através de sua abertura de capital na bolsa de valores brasileira (B3) em contrapartida aos maiores dispêndios com contraprestações a pagar decorrente de sua reorganização societária, ao pagamento de dividendos de exercícios anteriores à abertura de capital ao antigo controlador e a implementação de seu programa de recompra de ações com consequente aumento de saldo em tesouraria.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	AH
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	84.827	66.736	27,1%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-53.353	(33.023)	61,6%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	3.005	6.363	-52,8%
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa	2803	(124)	- 2360,5%
Aumento (redução) líquido(a) em Caixa e equivalentes de caixa	37.282	39.952	-6,7%
Caixa e equivalentes de Caixa			
Saldo inicial	73.914	33.962	117,6%
Saldo final	111.196	73.914	50,4%

* As informações de resultado utilizadas na tabela acima desconsideram a receita da Bemobi Ukraine contra partes relacionadas, a qual passou a ser eliminada das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir de 30 de setembro de 2020 (exclusive), conforme descrito no item “10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras” deste Formulário de Referência.

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 84,8 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 66,7 milhões. O principal fator para esse aumento em nosso fluxo de caixa se deve ao próprio crescimento do volume de negócios da Companhia ao longo do ano, com crescimento de receita e do EBITDA.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 53,4 milhões, em comparação aos R\$ 33,0 milhões utilizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esta maior saída de R\$ 20,3 milhões no caixa é atribuída substancialmente ao maior volume de obrigações com partes relacionadas.

Caixa gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$ 3,0 milhões no exercício findo de 2020, comparado ao caixa utilizado de R\$ 6,4 milhões no exercício findo de 2019. Vale destacar que em 2019 a Companhia voltou a realizar empréstimos entre partes relacionadas de forma a alocar investimentos nas regiões em expansão e que mesmos em 2020, permaneceu com menor volume.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 01 de outubro de 2018, a Bemobi Holding AS, controladora da Companhia instituiu um plano de incentivo baseado em ações cujos beneficiários são seus colaboradores, inclusive colaboradores de suas controladas.

O objetivo do plano é atrair, reter e premiar os colaboradores, assim como alinhar os interesses dos colaboradores e da Bemobi Holding AS, oferecendo incentivos a longo prazo na forma de opções que dão direito a ações ou valores mobiliários semelhantes de emissão da Bemobi Holding AS. Sujeito a certos termos e condições, cada opção dá ao seu detentor o direito de receber uma ação ou valores mobiliários semelhantes na Bemobi Holding AS mediante o pagamento de um determinado preço. As opções serão concedidas de acordo com os termos de um contrato de concessão de opções para os colaboradores que contribuam para o sucesso e rentabilidade da Bemobi Holding AS. Tais concessões darão aos participantes uma participação no grupo da Bemobi Holding AS, aumentando a participação dos participantes no progresso a longo prazo e sucesso contínuo do grupo da Bemobi Holding AS. Todos os colaboradores do grupo da Bemobi Holding AS são elegíveis às concessões, a critério do comitê formado pela Bemobi Holding AS para gestão do plano de opções.

A Bemobi Holding AS possuía, em 01 de outubro de 2018, 160.000 ações emitidas, sendo que com o exercício das opções, (assumindo que 100% das opções sejam exercidas), passaria a possuir 171.123 ações e, portanto, as ações oriundas das opções representariam 6,5% das ações de emissão da Bemobi Holding AS (de forma totalmente diluída).

A contraprestação a ser paga por uma ação no exercício das opções seria de US\$ 1.227,00, observado que tal preço estaria sujeitos a ajustes para baixo com qualquer dividendo pago pela Bemobi Holding AS. No caso de (i) um desdobramento ou grupamento de ações, (ii)

qualquer emissão de novas ações bonificadas (em norueguês: *Fondsemisjon*), (iii) uma cisão da Bemobi Holding AS, ou (iv) uma redução de capital por cancelamento de ações, o número de ações compostas pelas opções deveria ser aumentado ou diminuído de acordo com a mudança no número total de ações da Bemobi Holding AS, e o preço de exercício e as disposições do plano serão ajustados de acordo e conforme necessário, de forma a refletir o desdobramento ou agrupamento de ações, a emissão de ações bonificadas, cisão ou redução de capital, conforme o caso.

As opções concedidas que forem perdidas, canceladas ou rescindidas por qualquer motivo ficarão imediatamente disponíveis para novas concessões. O comitê gestor do plano pode, de tempos em tempos, adotar e seguir regras e procedimentos relativos à contagem de opções contra o limite máximo do plano ou qualquer sublimite que julgar apropriado, incluindo regras mais restritivas do que as estabelecidas acima, na medida necessária para satisfazer os requisitos de qualquer bolsa de valores nacional na qual as ações da Bemobi Holding AS estão listadas, qualquer requisito regulamentar aplicável ou qualquer requisito de qualificação fiscal.

O comitê gestor do plano, também tem poderes totais e exclusivos para adotar as regras, regulamentos e diretrizes para a execução do plano conforme julgar necessário ou apropriado. Tal comitê pode corrigir qualquer defeito ou omissão ou reconciliar qualquer inconsistência no plano, da forma e na medida em que o comitê considere necessário ou conveniente para concretizar seus objetivos.

O período de aquisição padrão para as opções nos termos de qualquer concessão de opções é de 4 anos, sendo 25% adquiridos após um ano, 25% após dois anos, 25% após 3 anos e 25% após 4 anos, a contar da data da concessão da opção. Ajustes no período de aquisição padrão podem ser feitos pelo comitê. O contrato de opção também pode especificar outras condições para aquisição de direitos, conforme determinado pelo Comitê, como critérios de desempenho individual ou coletivo.

As opções exercidas serão liquidadas pela entrega, por parte da Bemobi Holding AS, de um número de ações igual ao número de opções exercidas mediante o pagamento, pelo participante, do preço de exercício de tais ações. Qualquer entrega de ações estará sujeita e condicionada ao fato de o participante (i) ser legalmente capaz de receber as ações, e (ii)

tomar as medidas e assinar os documentos razoavelmente solicitados pela Bemobi Holding AS para que a mesma seja capaz de distribuir e emitir as ações e fazer com que sejam entregues ao participante, sempre de acordo com os requisitos estatutários aplicáveis à Bemobi Holding AS.

O comitê gestor do plano pode outorgar concessões a pessoas em um determinado país nos termos e condições que possam, no julgamento do comitê, ser necessários ou aconselháveis para cumprir as leis das jurisdições estrangeiras aplicáveis e, para esse fim, pode estabelecer sub planos, procedimentos de liquidação modificados e outros termos e procedimentos

No dia 11 de março de 2022, às 15:00h, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o plano de remuneração baseado em ações da Companhia. O Plano tem como principais beneficiários os administradores e empregados da Companhia e como número máximo de ações abrangidas 2% do total de ações emitidas (1.818.181 ações).

Considerando a operação se encontra no âmbito do Plano de Incentivo de Longo prazo da companhia de modo a reter seus administradores e empregados chave busca-se que a maior parte do exercício se encontre no médio e longo prazo, assim, seguindo práticas de mercado, o exercício de cada outorga ocorrerá em lotes de 25% ao ano, sendo o primeiro prazo de exercício iniciado um ano após a data de outorga e assim sucessivamente.

O Plano estabelece as condições gerais para a outorga, pela Companhia, de Ações ou opções de compra de Ações aos Beneficiários como incentivo de longo prazo. O Conselho de Administração definirá se tal outorga será gratuita ou onerosa, assim como se os Beneficiários deverão atingir ou não metas, individuais, coletivas ou corporativas, para seu efetivo recebimento. Os objetivos principais do Plano são os seguintes: (i) motivar os Beneficiários a perseguirem resultados e agregarem valor à Companhia; (ii) manutenção dos profissionais-chave da Companhia por período de longo prazo; (iii) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas; e (iv) alinhar os incentivos concedidos aos Beneficiários à performance das Ações na bolsa de valores.

Vale mencionar que o Conselho de Administração aprovou, em 14 de março de 2021, que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, cujo montante foi de R\$ 75.348.957,79, 5%, ou seja, R\$ 3.767.447,89, sejam destinados à reserva legal,

observado o limite legal. Ainda, que do saldo remanescente do lucro líquido, que (a) 25%, ou seja, R\$ 17.895.377,48, sejam destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios, equivalentes a R\$ 0,20235653 por ação; e (b) o restante seja destinado à Reserva de Investimentos. O pagamento dos referidos dividendos será realizado em 12 de abril de 2022.

ANEXO III - Informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração da presente Proposta.

Seguem abaixo as informações indicadas nos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência relativas aos candidatos a membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, na forma da regulamentação em vigor, conforme descrito no item 4 desta Proposta:

1. Em relação aos candidatos a membro do Conselho de Administração, informar (Item 12.5 do Formulário de Referência)

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Carlos Augusto Leone Piani
Data de nascimento	24/04/1973
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	025.323.737-84
Cargo eletivo ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de eleição	13/10/2020
Data de posse	13/10/2020
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria e Risco (não estatutário)
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado)
Número de mandatos consecutivos	1

Demais informações:

Carlos Augusto Leone Piani é membro do Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, possui título de CFA Charterholder pelo CFA Institute e participou do Owner/President Program da Harvard Business School (2008). Foi Diretor-Presidente da Kraft Heinz no Canadá (2018). Atualmente é conselheiro da Equatorial Energia e Diretor responsável por iniciativas Estratégicas e Fusões e Aquisições Globais Da Kraft Heinz.

Carlos Augusto Leone Piani declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Carlos Augusto Leone Piani declarou que se enquadra na qualidade de conselheiro independente conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. ±Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Lars Boilsen
Data de nascimento	02/05/1967
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	716.947.931-17
Cargo eletivo ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de eleição	13/10/2020
Data de posse	13/10/2020
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não ocupa outros cargos ou funções
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não.
Número de mandatos consecutivos	1

Demais informações:

O Sr. Lars Boilesen é bacharel em economia e administração de empresas pela Aarhus School of Business e pós-graduado pela Kolding Business School. Ele ocupou o cargo de Diretor Regional no Grupo Lego de 1993 a 1997, onde desenvolveu o mercado na Rússia para aquela empresa. De 1998 a 2005 trabalhou na Tandberg, tendo ocupado os cargos de Diretor de Marketing para as regiões da Europa do Norte e ÁsiaPacífico, Vice-Presidente de Vendas Global Em seguida, ele trabalhou na Alcatel-Lucent como CEO para os países nórdicos e bálticos de 2005 a 2009. Na Opera (Otello Corporation ASA), ele foi o Vice-Presidente Executivo de Vendas e Marketing de 2000 a 2005, membro do Conselho de Administração da empresa de 2007 a 2009. Desde 2010, o Sr. Boilesen é Diretor da Otello.

O Sr. Lars Boilesen declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Fiamma Zarife
Data de nascimento	03/09/1971
Profissão	Profissional de Comunicação e Marketing
CPF	018.508.457-51
Cargo eletivo ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de eleição	13/10/2020
Data de posse	13/10/2020
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não ocupa outros cargos ou funções
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado)
Número de mandatos consecutivos	1

Demais informações:

Fiamma Zarife é membro do Conselho de Administração da Companhia. Em 1999, entrou na ATL - Algar Telecom Leste e iniciou uma trajetória de 15 anos em telecomunicações, com passagens pela TIMnet, Oi, Claro e Samsung, atuando nas áreas de Serviço de Valor Agregado e Inovação, sendo responsável pelo lançamento de soluções como SMS, Mobile TV, Mobile Banking Mobile Advertising e Banda Larga. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora-Geral do Twitter no Brasil, onde é responsável pelo desenvolvimento da estratégia comercial da empresa no Brasil. Fiamma Zarife declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Fiamma Zarife declarou que se enquadra na qualidade de conselheiro independente conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. ±Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia.110

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Pedro Santos Ripper
Data de nascimento	18/03/1973
Profissão	Engenheiro
CPF	012.277.917-71
Cargo eletivo ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de eleição	13/10/2020
Data de posse	13/10/2020
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
Número de mandatos consecutivos	1

Demais informações:

Pedro Santos Ripper é Diretor Presidente da Companhia. Adicionalmente, é Membro do Conselho de Administração da Iguatemi Empresa de Shopping Centers, BR Distribuidora e Mobicare Ltda. e Diretor Presidente da Companhia (desde julho 2013); Foi Diretor Executivo da Oi S.A. ± 2008 a 2013), Diretor Geral e Presidente da Cisco Systems (2003 a 2008), Diretor Executivo da Promon (2000 a 2003). Pedro Santos Ripper possui Mestrado em Engenharia de Computação pela PUC Rio, curso de especialização Advanced Management Program pela Harvard Business School e Singularity Executive Program pela Singularity University. Pedro Santos Ripper declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Francisco Tosta Valim Filho
Data de nascimento	13/09/1963
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	355.827.150-53
Cargo eletivo ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de eleição	30/11/2020
Data de posse	30/11/2020
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não ocupa outros cargos ou funções
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado)
Número de mandatos consecutivos	1

Demais informações:

Francisco Tosta Valim Filho é membro do Conselho de Administração da Companhia. Foi Diretor Presidente da Nextel Telecomunicações Ltda. A Nextel Telecomunicações é uma subsidiária da NII Holdings, Inc, empresa de serviços de comunicação móvel cuja matriz esta sediada na cidade de Reston, Virgínia, Estados Unidos. No Brasil, o início das operações deu-se em 1997 com o sistema de radio trunking push to talk (PTT). A partir de 2010, a empresa foi autorizada pela Anatel a ingressar no Serviço Móvel Pessoal (SMP) obtendo licenças para cobertura nacional de voz e dados de telefonia celular de terceira e quarta gerações (3G e 4G). Foi Diretor Presidente da Via Varejo S.A.. Foi Diretor Presidente da Oi S.A. O Sr. Francisco Valim declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Francisco Tosta Valim Filho declarou que se enquadra na qualidade de conselheiro independente conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. ±Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia112

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Roger Solé Rafols
Data de nascimento	10/04/1974
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	057.977.907-69
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de eleição	13/11/2020
Data de posse	13/11/2020
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não ocupa outros cargos ou funções
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado)
Número de mandatos consecutivos	1

Demais informações:

Roger Solé Rafols é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Possui 23 anos de experiência em telecomunicações, nas áreas de marketing, desenvolvimento de produtos, inovação, estratégia e gestão de P&L. O Sr. Roger Solé é desde Abril de 2020 Vice-Presidente de Marketing (CMO) da WeWork. Antes, serviu como CMO da Sprint Corporation de 2015 a 2020, a onde teve papel fundamental no turnaround da empresa e processo de fusão com a T-Mobile. Antes disso, exerceu os cargos de Vice-Presidente de Marketing (CMO) (2009-2015) e Diretor de Marketing Consumer (2009-2011) na Tim Brasil. Anteriormente foi o Diretor de Marketing (2006 a 2008) e Diretor de Produtos e Serviços de Valor Agregado (2001 a 2006) na Vivo, tendo atuado também na DiamondCluster, atual Oliver Wyman (1996 a 2001). Possui diploma em Business Bachelor and Master in Business Administration pela ESADE ±Escuela Superior de Administración y Dirección de Empresas, Barcelona, e pós-graduação em Gestão de Empresas Audiovisuais pela UPF ±Universitat Pompeu Fabra, Instituto Desarrollo Continuo (IDEC), Barcelona. Também cursou programa de intercâmbio de MBA na UCLA ±University of California, Los Angeles; Advanced Management Program (Programa de Desenvolvimento da Alta Direção) na IESE Business School, Universidad de Navarra, São Paulo-Barcelona; e programa de educação executiva em Finanças e Estratégia para Criação de Valor na Wharton, University of Pennsylvania, Philadelphia. O Sr. Roger Solé declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Roger Solé declarou que se enquadra na qualidade de conselheiro independente conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. ±Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2022	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Roberto Rittes de Oliveira Silva
Data de nascimento	28/07/1974
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	255.282.758-65
Cargo eletivo ocupado	N/A
Data de eleição	N/A
Data de posse	N/A
Prazo do mandato	2 anos
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não ocupa outros cargos ou funções
Se foi eleito pelo controlador ou não	N/A
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado)
Número de mandatos consecutivos	0

Demais informações:

O Sr. Roberto Rittes é administrador formado pela FGV, com mestrado pela Harvard Business School. Foi CEO da Tempo Assist em 2021, CEO da Nextel Brazil/NII Holdings de 2017 a 2020, head of value creation da Hig Capital entre 2016 e 2017. Com mais de 20 anos de experiência em finanças, foi CFO da Boa Vista SCPC de 2013 a 2016, e CFO da Estre Ambiental de 2011 a 2012. Trabalhou para a Oi Telecomunicações de 2004 a 2011, ocupando a posição de CEO da Oi Paggo de 2008 a 2011. É conselheiro do Latam Growth Spac, ICE, Atento, da Associação Comunitária Despertar, e foi conselheiro do Grupo MGB, Quero Quitar, Office Total e NZN.

O Sr. Roger Solé declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Roger Solé declarou que se enquadra na qualidade de conselheiro independente conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. ±Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia.

2. Em relação aos candidatos à reeleição como membros do Conselho de Administração, informação, em formato de tabela, do percentual de participação nas reuniões realizadas pelo referido órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo (Item 12.6 do Formulário de Referência):

Membro	Total de reuniões do conselho de administração desde a posse	% de participação nas reuniões do Conselho de Administração desde a posse
Carlos Augusto Leone Piani	20	100%
Lars Rabæk Boilesen	20	100%
Fiamma Zarife	20	100%
Pedro Santos Ripper	20	100%
Francisco Tosta Valim Filho	19	100%
Roger Solé Rafols (suplente)	-	-

3. Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos candidatos que são membros do comitê de auditoria e risco, bem como percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo (Itens 12.7 e 12.8 do Formulário de Referência):

Comitê de Auditoria e Risco			
Membro	Data da Posse	Término do Mandato	% de participação
Carlos Augusto Leone Piani	13/10/2020	13/10/2022	85,7%

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Manuel Luíz da Silva Araújo
CPF	103.351.107-20
Tipo de Comitê	Outros Comitês
Descrição Outros Comitês	Comitê de Auditoria e Risco
Profissão	Administrador de empresas
Cargo ocupado	Membro do Comitê (efetivo)
Descrição outros cargos ocupados	N/A
Data de Nascimento	25/08/1950
Data da eleição	13/10/2020
Data da posse	13/10/2020
Número de mandatos consecutivos	0
Prazo mandato	2 anos
Percentual de participação nas reuniões	100%
Outros cargos/funções exercidas nas emissor	N/A

Demais informações:

Manuel Luíz da Silva Araújo é membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Adicionalmente, possui 47 anos de experiência em auditoria contábil e em consultoria de gestão de riscos, controles internos, e auditoria interna, em trabalhos realizados para diversos tipos de clientes da PricewaterhouseCoopers (PwC) Brasil, onde se aposentou em 2014. Atuou durante 41 anos na PwC, sendo 25 anos como sócio responsável por projetos de consultoria e auditoria independente. Atuou em clientes dos mais variados segmentos da economia, incluindo instituições financeiras e seguradoras. Como sócio de consultoria da PwC foi responsável pela condução de diversos projetos de consultoria em controles Internos, gestão de riscos e de compliance, incluindo a adaptação à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, para empresas com registro na SEC. Foi responsável pelos projetos de consultoria e outsourcing em Auditoria Interna nos escritórios da PwC de São Paulo e Rio de Janeiro. Anteriormente à atuação como consultor de empresas, ainda na PwC, atuou como auditor independente de demonstrações financeiras de várias e relevantes empresas no cenário nacional, tanto na área industrial como de instituições financeiras, nos escritórios do Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre e São Paulo. Nos últimos 6 anos vem atuando como membro de Comitês de Auditoria e Conselho Fiscal, notadamente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), do Grupo Icatu Seguros S.A. e do Grupo HDI Seguros S.A., além de atuação em consultoria de serviços de gestão de riscos e auditoria interna em companhia de aviação no Brasil. No escritório da PwC do Rio de Janeiro foi responsável pela área de Midle Market, tanto para trabalhos de auditoria externa como de consultoria. Em São Paulo foi responsável pelos projetos de outsourcing em compliance e auditoria interna. Possui grande conhecimento em auditoria contábil de demonstrações financeiras, em governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e auditoria interna. No âmbito da auditoria interna, desenvolveu trabalhos de estruturação das áreas, desenvolvimento de planos de auditoria, e execução de trabalhos propriamente ditos e sua apresentação para os acionistas (Conselhos de Administração e Comitês de Auditoria). Manuel Luíz da Silva Araújo declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou

a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Rodin Spielmann de Sa
CPF	103.351.107-20
Tipo de Comitê	Outros Comitês
Descrição Outros Comitês	Comitê de Auditoria e Risco
Profissão	Engenheiro
Cargo ocupado	Membro do Comitê (efetivo)
Descrição outros cargos ocupados	N/A
Data de Nascimento	15/10/1971
Data da eleição	01/10/2021
Data da posse	01/10/2021
Número de mandatos consecutivos	0
Prazo mandato	2 anos
Percentual de participação nas reuniões	100%
Outros cargos/funções exercidas no emissor	N/A

Demais informações:

Rodin Spielmann de Sá é membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Adicionalmente foi Diretor Financeiro da Bemobi entre os anos de 2018 e 2020, quando acumulou as funções de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores entre os anos de 2020 e 2021. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Ideiasnet (2001 a 2010), Diretor Financeiro na Brasif (2010 a 2012), Investment Banker no Banco Brasil Plural (2012 a 2014) e Diretor Financeiro na Wide Educação (2016 a 2018). Rodin Spielmann de Sá declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Maria Salete Garcia Pinheiro
CPF	299.484.367-68
Tipo de Comitê	Outros Comitês
Descrição	Comitê de Auditoria e Risco
Profissão	Contabilista
Cargo ocupado	Membro do Comitê (efetivo)
Descrição outros cargos ocupados	N/A
Data de Nascimento	23/03/1955
Data da eleição	13/10/2020
Data da posse	13/10/2020
Número de mandatos consecutivos	0
Prazo mandato	2 anos
Percentual de participação nas reuniões	100%
Outros cargos/funções exercidas no emissor	Coordenadora e membro especialista financeiro

Demais informações:

Maria Salete Garcia Pinheiro é membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Adicionalmente, atua como membro em Conselhos de Administração e Fiscal, além de Comitês de Auditoria. Atuou como auditora Independente por 38 anos na PwC, sendo 23 anos como sócia de auditoria. Participou do corpo executivo da PwC no Brasil com funções de responsabilidade pela área de recursos humanos no escritório do Rio de Janeiro no período de 1995 a 2000; de 2003 a 2008 foi indicada para liderar a operação da firma nas regiões Norte e Nordeste e de 2008 a 2018 retornando ao Rio de Janeiro foi responsável pela área de expansão de negócios com foco em empresas familiares. Durante a sua carreira em auditoria atuou nos segmentos financeiro, segurador, produtos de consumo, energia, infraestrutura, incorporação imobiliária, dentre outros.

Maria Salete Garcia Pinheiro declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Carlos Augusto Leone Piani -
CPF	025.323.737-84
Tipo de Comitê	Outros Comitês
Descrição Outros Comitês	Comitê de Auditoria e Risco
Profissão	Administrador de empresa
Cargo ocupado	Membro do Comitê (efetivo)
Descrição outros cargos ocupados	N/A
Data de Nascimento	24/04/1973
Data da eleição	13/10/2020
Data da posse	13/10/2020
Número de mandatos consecutivos	0
Prazo mandato	2 anos
Percentual de participação nas reuniões	85,7%
Outros cargos/funções exercidas no emissor	Membro independente

Demais informações:

Carlos Augusto Leone Piani é membro do Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, possui título de CFA Charterholder pelo CFA Institute e participou do Owner/President Program da Harvard Business School (2008). Foi Diretor-Presidente da Kraft Heinz no Canadá (2018). Atualmente é conselheiro da Equatorial Energia e Diretor responsável por iniciativas Estratégicas e Fusões e Aquisições Globais Da Kraft Heinz.

Carlos Augusto Leone Piani declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Carlos Augusto Leone Piani declarou que se enquadra na qualidade de conselheiro independente conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. ±Brasil, Bolsa, Balcão e o Estatuto Social da Companhia

12.9 - Relações familiares

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Exercício social de 2021			
Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u> Lars Boilesen Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa relacionada</u> Otello Corporation ASA Diretor Presidente	716.947.931-17	Subordinação	Controlador Indireto (até março de 2021*)
<u>Administrador do Emissor</u> Lars Boilesen Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada “Bemobi Holding AS”) Presidente do Conselho de Administração	20.017.557/0001-42	Subordinação	Controlador Direto (até março de 2021*)
<u>Administrador do Emissor</u> Pedro Santos Ripper Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa relacionada</u> Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada “Bemobi Holding AS”)	012.277.917-71 20.017.557/0001-42	Subordinação	Controlador Direto (até março de 2021*)

*Data em que foi realizado o IPO da Companhia, quando deixou de ter controlador, e as referidas relações de subordinação cessaram

Exercício social de 2020			
Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u> Lars Boilesen Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa relacionada</u> Otello Corporation ASA Diretor Presidente	716.947.931-17	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Administrador do Emissor</u> Lars Boilesen Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada “Bemobi Holding AS”) Presidente do Conselho de Administração	20.017.557/0001-42	Subordinação	Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u> Pedro Santos Ripper Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa relacionada</u> Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada “Bemobi Holding AS”)	012.277.917-71 20.017.557/0001-42	Subordinação	Controlador Direto

Exercício social de 2019			
Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u> Lars Boilesen Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa relacionada</u> Otello Corporation ASA Diretor Presidente	716.947.931-17	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Administrador do Emissor</u> Lars Boilesen Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada “Bemobi Holding AS”) Presidente do Conselho de Administração	20.017.557/0001-42	Subordinação	Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u> Pedro Santos Ripper Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa relacionada</u> Otello Technology Investment AS (anteriormente denominada “Bemobi Holding AS”)	012.277.917-71 20.017.557/0001-42	Subordinação	Controlador Direto

Anexo IV – Informações sobre remuneração da administração

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria (“Política de Remuneração”), a qual tem como objetivo estabelecer as regras aplicáveis para indicação de candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e integrantes da Companhia, de modo a garantir que a nomeação dos administradores esteja em conformidade com a legislação e outras normas aplicáveis, assim como estabelecer diretrizes a serem observadas e aplicadas para fixação de remuneração e respectivos benefícios aos membros dos referidos órgãos visando atrair, incentivar, reconhecer e reter profissionais qualificados, de acordo com os interesses estratégicos da Companhia e as melhores práticas de mercado.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 13 de outubro de 2020, e encontra-se disponível no website da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários. As práticas de remuneração dos diretores não estatutários da Companhia refletem os princípios da Política de Remuneração.

(b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado) e do Comitê de Auditoria e Risco, em linha com os objetivos traçados na Política de Remuneração, são estabelecidos de maneira

diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável, não participando, portanto, de planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a benefício pós-emprego.

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os membros da Diretoria, estatutários ou não, fazem jus à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia, assim como tem o intuito de alinhar os objetivos estratégicos da Companhia aos objetivos individuais dos executivos.

Por serem profissionais hiper suficientes nos termos da lei, os reajustes na remuneração dos executivos são discutidos individualmente, não sendo pauta de Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva. Os reajustes levam em conta o desempenho, alinhamento com a estratégia da empresa e nível salarial face ao mercado. Os reajustes da diretoria não estatutária são aprovados pelo Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretora de Recursos Humanos, enquanto os reajustes da diretoria estatutária são deliberados pelo Conselho de Administração.

Os executivos, inclusive os estatutários, até a publicação destas informações, estão sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”), fazendo jus, portanto, além do salário fixo, aos benefícios oriundos daquela norma, tais como décimo terceiro salário, adicional de férias e fundo de garantia por tempo de serviços. Todavia, por exercerem cargo de confiança, não fazem jus ao pagamento de horas extras.

A Companhia oferece plano de saúde e odontológico premium, assim como vale-alimentação e refeição. Ainda, a Companhia apoia o desenvolvimento profissional de seus executivos,

arcando, integralmente ou em parte, com custos de cursos, treinamentos e participação em eventos que estejam alinhados com os objetivos da Companhia, inclusive como a possibilidade de cursos executivos no exterior (eg.: Harvard Business School) e Coaching Executivo.

A Companhia também oferece aos seus executivos um plano de participação nos lucros o qual é balizado por um objetivo universal composto por metas quantitativas ponderadas globais e de área/geografias. Essas metas são definidas anualmente tendo como base indicadores de performance da companhia (EBITDA, por exemplo), com o intuito de alinhar esforços individuais ao atingimento de resultados da empresa. O atingimento da meta universal acarreta no pagamento de 100% do valor do Bônus. Cada colaborador possui um índice de referência de bônus que estipula um número multiplicador de salários mensais a serem recebidos no caso de atingimento da meta. A tabela estipula os multiplicadores limites para cada cargo, podendo sempre ser negociado um número superior de acordo com cada funcionário com o intuito de manter o alinhamento dos objetivos profissionais e da empresa.

Além do valor das metas globais e por área/geografias, são estipulados anualmente e validados pela administração da Companhia em um limite percentual da meta para definir os valores de gatilho (limite inferior) e teto (limite superior). O gatilho é o resultado mínimo da meta universal para a empresa iniciar a distribuição do plano de participação. No caso de atingimento de valores intermediários entre o gatilho e a meta 100%, os bônus individuais sofrem um deflator, com valores pagos de acordo com o percentual atingido deste limite (entre 0 e 100%). O teto é o valor máximo até o qual o resultado é dividido, podendo acumular até no máximo o dobro do valor de referência individual de cada colaborador. No caso de atingimento de valores superiores à meta 100% até o atingimento do teto, os bônus individuais sofrem um acelerador relativo ao percentual desse atingimento, limitado a até 200% do valor original, como definido pela administração da Companhia.

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de dezembro de 2020 aprovou um plano de incentivo de longo prazo e um plano de prêmio de superação, cujos pagamentos executivos estão condicionados a permanência na Companhia e objetivos alcançados, conforme melhores práticas de mercado. Os efetivos montantes do prêmio ao executivo também levam em consideração a valorização do preço das ações de emissão da Companhia em bolsa. Esse planos tem por objetivo (a) premiar os Beneficiários que, por

meio de suas performances e do exercício de suas atividades, colaboram para os resultados da Companhia, bem como motivar e premiar os Beneficiários a, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, perseguirem resultados que superem as metas e expectativas da Companhia para cada período; (b) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos seus colaboradores; (c) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e (d) alinhar os incentivos concedidos aos administradores, prestadores de serviços e empregados da Companhia à performance das Ações na bolsa de valores e visão de longo prazo.

Em 01 de outubro de 2018, a Bemobi Holding AS, controladora da Companhia, instituiu um plano de *stock option* cujos beneficiários são seus colaboradores, inclusive colaboradores de suas controladas. As opções exercidas serão liquidadas pela entrega, por parte da Bemobi Holding AS, de um número de ações de sua emissão igual ao número de opções exercidas mediante o pagamento, pelo participante, do preço de exercício de tais ações. O objetivo do plano é atrair, reter e premiar os colaboradores, assim como alinhar os interesses dos colaboradores e da Bemobi Holding AS, oferecendo incentivos a longo prazo na forma de opções que dão direito a ações de emissão da Bemobi Holding AS. À luz da abertura do capital social da companhia e da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, o plano de *stock option* para os membros da Companhia e suas controladas foram substituídos pelo plano aprovado em 2020, sem exercício das opções. Em contrapartida, os beneficiários das opções passaram a participar do plano de incentivo de longo prazo e prêmio de superação descrito acima. Para mais informações sobre o plano de *stock option* da Bemobi Holding AS veja o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Comitê de Auditoria, Comitês de Assessoramento, Conselho Fiscal

O Comitê de Auditoria faz jus a um pró-labore fixado pelo Conselho de Administração. O montante é fixado em linha com os padrões de mercado e de modo a contratar e manter profissionais qualificados no Comitê de Auditoria.

Os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, todavia, o Conselho de Administração pode rever tal prática à luz das

necessidades e estratégias da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é determinada pela assembleia geral de acionistas da Companhia, sendo o mínimo legal fixado nos termos do artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Para o exercício de 2021, a remuneração global dos administradores aprovada na Assembleia Geral de Acionistas em 19 de março de 2021 foi de R\$ 6.950.000,00, tendo sido efetivamente pagos o montante de R\$ 3.945.164,43.

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social corrente em 31/12/2021			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	100,0%	47,6%	51,4%
Benefícios direto ou indireto	0,0%	4,1%	5,8%
Participação em Comitês/reuniões	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus (sem considerar encargos)	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos Lucros	0,0%	36,4%	27,4%
Remuneração baseada em ações	0,0%	11,9%	15,4%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%
Total da Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social corrente em 31/12/2020			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	NA	37,3%	44,2%
Benefícios direto ou indireto	NA	2,9%	6,2%
Participação em Comitês/reuniões	NA	0,0%	0,0%
Bônus (sem considerar encargos)	NA	0,0%	0,0%
Participação nos Lucros	NA	30,9%	23,1%
Remuneração baseada em ações	NA	19,7%	16,1%
Outros	NA	9,3%	10,4%
Total da Remuneração	NA	100,00%	100,00%

Proporção dos elementos na remuneração Total do Exercício Social corrente em 31/12/2019			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária
Salário ou pró-labore	NA	40,1%	32,5%
Benefícios direto ou indireto	NA	2,9%	4,0%
Participação em Comitês/reuniões	NA	0,0%	0,0%
Bônus (sem considerar encargos)	NA	0,0%	0,0%
Participação nos Lucros	NA	27,5%	19,8%
Remuneração baseada em ações	NA	19,8%	36,1%
Outros	NA	9,7%	7,6%
Total da Remuneração	NA	100,00%	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A remuneração dos executivos tem seus valores fixos reajustados em linha com o padrão de mercado, de forma que se mantenha adequada às práticas de mercado para os profissionais com experiência semelhante, em empresas do mesmo setor que a Companhia, devendo ser observados termos da Política de Indicação e Remuneração de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria.

A definição das remunerações individuais é balizada pela avaliação de 9Box para gerar análise de desempenho, principalmente no que tange ao desempenho dos líderes e cargos estratégicos. Além disso, são levados em consideração o orçamento e o planejamento estratégico da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração justifica-se pela necessidade e estratégia da Companhia em recrutar e reter profissionais qualificados adequados às necessidades da Companhia, a qual encontra-se em um mercado altamente competitivo e onde inexistem um alto número de profissionais com as características e qualidades necessitadas e/ou exigidas pela Companhia, nesse contexto, a remuneração justifica-se também pelas práticas, nacionais e internacionais, de remuneração do setor em que a Companhia atua.

O fundamento para a criação da estrutura de remuneração dos executivos foi um estudo feito inicialmente por uma renomada consultoria especializada, no qual dividiram-se as funções e cargos da empresa em uma tabela de grades e faixas salariais. A manutenção dessa tabela é feita a cargo do setor de Recursos Humanos anualmente usando como referências pesquisas de mercado, sites de referência salarial e dados coletados e informações geradas internamente pelo setor de Talent Acquisition.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Na data base deste Formulário de Referência a Companhia não contava com executivos não

remunerados.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação da remuneração total, são levadas em consideração a experiência, conhecimento técnico e padrões de mercado. Ajustes da remuneração são realizados conforme avaliação do profissional, atendimento de metas e padrões de mercado.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Anualmente são definidas as metas e desafios para o exercício social subsequentes. Assim, são definidas e comunicadas as metas que o profissional deverá alcançar/atingir de modo a perceber a remuneração máxima almejada.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A Companhia busca definir uma remuneração de tal forma que alinha os interesses do colaborador com a empresa de modo que no curto prazo remuneração fixa e benefícios são competitivos com as práticas de mercado, os quais atendem os interesses imediatos de seus executivos, retendo-os e inibindo turn over.

A remuneração variável se dá através de participação nos lucros, associa o pagamento dessa remuneração à performance financeira de curto prazo da Companhia.

O plano de incentivo de longo prazo por sua vez alinha interesse na medida que a sua valorização está intrinsecamente ligada a valorização da companhia na bolsa de valores.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não há remuneração que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores da

Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;

Não há remuneração que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Anualmente, a Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores conforme previsto em proposta da administração, competindo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores da Companhia.

A proposta do Conselho de Administração é balizada em estudos da Diretoria da Companhia, auxiliada pelo departamento de recursos humanos, podendo também ser auxiliada por empresa de consultoria externa.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e

A remuneração individual dos administradores da Companhia é fixada com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, os quais levam em consideração as práticas e valores de remuneração de empresas de porte e segmentos de atuação similares à Companhia.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Nos termos da Política de Indicação e Remuneração de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente pelo Conselho de Administração, em geral, anualmente, no âmbito da apreciação da proposta de orçamento e planejamento estratégico da Companhia.

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	574.600,00	3.034.666,67	204.840,00	3.814.106,67
Benefícios diretos e indiretos	-	418.756,25	-	418.756,25
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	600.000,00	-	600.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	4.252.000,00	-	4.252.000,00
Remuneração por participação em reunião	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	8.983.067,59	-	8.983.067,59
Observação				-
Total da remuneração	574.600,00	17.288.490,51	204.840,00	18.067.930,51

Esclarece-se que tal montante não engloba os encargos sociais de ônus da Companhia, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), no sentido de que os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual. A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável. Valor utilizado para a linha - Baseada em ações LTI (BMOB3@R\$ 16,00).

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	de Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	0	11
Nº de membros remunerados	3	2	0	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	486.000,00	1.645.583,25	-	2.131.583,25
Benefícios diretos e indiretos	-	140.783,55	-	140.783,55
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.260.000,00	-	1.260.000,00
Remuneração por participação em reunião	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	412.797,63		412.797,63
Observação				-
Total da remuneração	486.000,00	3.459.164,43	00,00	3.945.164,43

Esclarece-se que tal montante não engloba os encargos sociais de ônus da Companhia, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), no sentido de que os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual. A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável.

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,25	2,25	0	2,25
Nº de membros remunerados	0	2,25	0	2,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	1.831.500,00	-	1.831.500,00
Benefícios diretos e indiretos	-	141.201,03	-	141.201,03
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	458.123,15	-	458.123,15
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.518.100,00	-	1.518.100,00
Remuneração por participação em reunião	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	967.611,17	-	967.611,17
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	-	4.916.535,35	-	4.916.535,35

Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	2		2
Nº de membros remunerados	0	2		2
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	1.678.613,71		1.678.613,71
Benefícios diretos e indiretos	-	119.788,05		119.788,05
Participação em comitês	-	-		-
Outros	-	407.653,24		407.653,24
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-		-
Participação de resultados	-	1.151.282,36		1.151.282,36
Remuneração por participação em reunião	-	-		-
Comissões	-	-		-
Outros	-	-		-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-		-
Cessaçã o do cargo	-	-		-
Baseada em ações, incluindo opções	-	827.044,65		827.044,65
Observação				-
Total da remuneração	-	4.184.382,01		4.184.382,01

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	3	12
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Bônus	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.252.000,00	0	4.252.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	2.126.000,00	0	2.126.000,00

Remuneração variável prevista para o Exercício Social em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	3	11
Nº de membros remunerados	3	3	3	9
Bônus	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.100.000,00	0	2.100.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.400.000,00	0	1.400.000,00

Remuneração variável prevista para o Exercício Social em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Administradores	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	2	0	2
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.900.000,00	0	2.900.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.450.000,00	0	1.450.000,00

Remuneração variável prevista para o Exercício Social em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Administradores*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	2	0	2
Nº de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.300.000,00	0	2.300.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.150.000,00	0	1.150.000,00

* Em 2019, a Companhia encontrava-se sob a forma de sociedade limitada.

Note-se que, anualmente, são estipulados e validados pela administração da Companhia um limite percentual da meta para definir os valores de gatilho (limite inferior) e teto (limite superior) da remuneração, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência. Os valores indicados como “Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração” e “Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração” indicados nas tabelas acima já contemplam tais parâmetros.

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano de Incentivo de Longo Prazo e Plano de Prêmio de Superação da Companhia (“Plano Phantom”)

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de dezembro de 2020 aprovou um plano de incentivo de longo prazo e um plano de prêmio de superação, cujos pagamentos aos executivos estão condicionados a permanência na Companhia e objetivos alcançados, conforme melhores práticas de mercado. Os efetivos montantes do prêmio ao executivo também levam em consideração a valorização do preço das ações de emissão da Companhia em bolsa.

Esse plano tem por objetivo (a) premiar os beneficiários que, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, colaboram para os resultados da Companhia, bem como motivar e premiar os beneficiários a, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, perseguirem resultados que superem as metas e expectativas da Companhia para cada período; (b) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos seus colaboradores; (c) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e (d) alinhar os incentivos concedidos aos administradores, prestadores de serviços e empregados da Companhia à performance das Ações na bolsa de valores e visão de longo prazo.

Referido plano substitui o plano de opção de compra de ações da Bemobi Holding AS, que foi instituído em 01 de outubro de 2018 pela Bemobi Holding AS, controladora da Companhia, cujos beneficiários eram seus colaboradores, inclusive colaboradores de suas controladas, tais como diretores da Companhia. As opções outorgadas no âmbito de tal plano de opção, se exercidas, seriam liquidadas pela entrega, por parte da Bemobi Holding AS, de um número de ações de sua emissão igual ao número de opções exercidas mediante o pagamento, pelo participante, do preço de exercício de tais ações.

À luz da abertura do capital social da Companhia e da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, o plano de opção de compra de ações da Bemobi Holding AS foi

substituído por um plano de incentivo de longo prazo e prêmio de superação, o qual foi aprovado pela assembleia geral de acionistas em 28 de dezembro de 2020. Ainda, conforme facultado pela assembleia, o plano foi alterado pelo Conselho de Administração, sendo a última alteração em 14 de março de 2022.

Frise-se que este plano é hoje voltado exclusivamente para os executivos não estatutários da Companhia.

(a) termos e condições gerais

O Plano de Incentivo de Longo Prazo e Plano de Prêmio de Superação da Companhia estabelece as condições gerais para a realização, pela Companhia, de pagamentos em dinheiro aos Beneficiários, como incentivo de longo prazo ou prêmio de superação referenciados pela valorização das ações na bolsa de valores.

(b) principais objetivos do plano

(i) premiar os Beneficiários que, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, colaboram para os resultados da Companhia, bem como motivar e premiar os Beneficiários a, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, perseguirem resultados que superem as metas e expectativas da Companhia para cada período;

(ii) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos seus colaboradores;

(iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e

(iv) alinhar os incentivos concedidos aos administradores, prestadores de serviços e empregados da Companhia à performance das ações na bolsa de valores e visão de longo prazo.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A outorga ao beneficiário ocorre mediante avaliação de seus méritos, estimulando assim a alta performance. Além disso, o pagamento é feito no período de quatro anos alinhando o interesse de médio e longo prazo do beneficiário com os da Companhia, na medida em que requer uma boa performance não só no curto prazo.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A companhia não possui uma política formal de remuneração extensível a todos os beneficiários do plano, todavia sua prática é estar alinhada com os padrões de mercado de modo a atrair, reter e manter talentos. O plano se insere nesse contexto, além de visar os objetivos acima elencados.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Como ressaltado, o pagamento ao beneficiário em níveis que o estimulam, exige boa performance contínua da Companhia ao longo de um período de quatro anos.

(f) número máximo de ações abrangidas

A remuneração do plano leva em consideração a valorização das ações da companhia, porém a outorga não possui tal parâmetro, inclusive porque trata-se do pagamento de um prêmio em dinheiro.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

A remuneração do plano leva em consideração a valorização das ações da companhia, porém a outorga não possui tal parâmetro, inclusive porque trata-se do pagamento de um prêmio em dinheiro.

(h) condições de aquisição de ações

O plano não envolve aquisição de ações.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O plano não envolve aquisição de ações.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O plano não envolve exercício em ações, porém o critério para pagamento do prêmio foi temporal, distribuindo o pagamento ao longo de quatro anos de forma a cobrir período de curto, médio e longo prazo.

(k) forma de liquidação

O plano é liquidado em moeda corrente.

(l) restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois o plano não envolve ações a serem transferidas.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano não prevê eventos de sua suspensão, alteração ou extinção. Porém as outorgas ocorrem à critério da companhia e poderão ser cessadas a qualquer momento, respeitando-se o direito adquirido sobre outorgas anteriores. Os programas por sua vez, preveem termino dos direitos dos beneficiários no caso de pedido de demissão e demissão por justa causa. No caso de invalidez, aposentadoria ou demissão sem justa causa a determinadas restrições aos direitos dos beneficiários.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de desligamento do beneficiário, o mesmo perderá os seus direitos sob o plano, ressalvado casos de aposentadoria ou morte.

Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações de emissão da Bemobi Mobile Tech S.A.

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 11 de março de 2022 aprovou um Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações, cujos pagamentos aos executivos estão condicionados a permanência na Companhia e podem, por deliberação do Conselho de Administração, também estar vinculados a objetivos a serem alcançados. O plano é, ao final, liquidado em ações da Companhia e, portanto, os efetivos valores do prêmio ao executivo dependem da valorização do preço das ações de emissão da Companhia em bolsa. Em 14 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou o primeiro programa sob o plano acima referido. O programa se constitui pela outorga de ações aos beneficiários, tendo, portanto, a natureza de um bônus pago em ações.

Esse plano tem por objetivo (a) premiar os beneficiários que, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, colaboram para os resultados da Companhia, bem como motivar e premiar os beneficiários a, por meio de suas performances e do exercício de suas atividades, perseguirem resultados que superem as metas e expectativas da Companhia para cada período; (b) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos seus colaboradores; (c) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e (d) alinhar os incentivos concedidos aos administradores, prestadores de serviços e empregados da Companhia à performance das ações na bolsa de valores e visão de longo prazo.

Frise-se que este plano é hoje voltado exclusivamente para os diretores estatutários da Companhia.

(a) termos e condições gerais

O Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações estabelece as condições gerais para a realização, pela Companhia, de outorga de ações ou opções de ações aos Beneficiários, como incentivo de longo prazo ou prêmio de superação referenciados pela valorização das ações na bolsa de valores.

(b) principais objetivos do plano

- (a) motivar os Beneficiários a perseguirem resultados e agregarem valor à Companhia
- (b) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos Beneficiários;
- (c) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e
- (d) alinhar os incentivos concedidos aos Beneficiários à performance das Ações na bolsa de valores.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O efetivo recebimento ou aquisição de ações pelo beneficiário é feito no período de quatro anos alinhando o interesse de médio e longo prazo do beneficiário com os da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

As práticas de remuneração da companhia contemplam benefícios de curto, médio e longo prazo. O plano se alinha aos benefícios de médio e longo prazo e sua prática está alinhada com os padrões de mercado de modo a atrair, reter e manter talentos.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano alinha o interesse dos beneficiários com aqueles da companhia e seus acionistas, na medida em que faz com que os beneficiários tenham visão não só de curto prazo, quanto também de médio e longo prazo, buscando maximizar os resultados e valorização das ações de emissão da Companhia.

(f) número máximo de ações abrangidas

O plano abrange um montante máximo de 2% das ações da companhia na data de sua aprovação, ou seja, 1.818.181 ações de emissão da Companhia.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Considerando uma opção por ação, o número máximo de opções outorgadas seria de 1.818.181

(h) condições de aquisição de ações

De acordo com o primeiro programa de outorga de ações da Companhia, votado pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2022, o Beneficiário somente fará jus ao recebimento das ações caso permaneça na Companhia até a respectiva data de liquidação (vesting date), sendo o primeiro vesting date em janeiro de 2023 e o último em janeiro de 2026. Vide também letra (n) abaixo para os casos de término do contrato antes do vesting date.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O plano de outorga prevê a outorga gratuita das ações.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O critério para fixação da efetiva data de entrega das ações foi temporal, distribuindo as entregas ao longo de quatro anos de forma a cobrir período de médio e longo prazo, sendo este o intervalo médio da prática de mercado a qual fica entre 3 e 5 anos.

(k) forma de liquidação

O plano é liquidado mediante entrega de ações.

(l) restrições à transferência das ações

Uma vez recebidas as ações, não há restrições a sua transferência.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano não prevê eventos de sua suspensão, alteração ou extinção. Porém a criação de programas sob o plano ocorre à critério da companhia e poderão ser cessadas a qualquer momento, respeitando-se o direito adquirido sobre outorgas anteriores. Os programas por sua vez, preveem término dos direitos dos beneficiários no caso de pedido de demissão e demissão por justa causa. No caso de invalidez, aposentadoria ou demissão sem justa causa há restrições aos direitos dos beneficiários, vide letra (n) abaixo.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de aposentadoria ou demissão sem justa causa, há restrição aos direitos os quais passam a ser proporcionais. No caso de pedido de demissão ou demissão com justa causa, o beneficiário perde todos os seus direitos futuros.

13.5 – Remuneração baseada em ações

Plano de Incentivo de Longo Prazo e Plano de Prêmio de Superação, referenciados em ações, da Bemobi Mobile Tech S.A – aprovado em 28 de dezembro de 2020.

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de dezembro de 2020 aprovou um plano de incentivo de longo prazo e um plano de prêmio de superação, cujos pagamentos executivos estão condicionados a permanência na companhia e objetivos alcançados, conforme melhores práticas de mercado. Os efetivos montantes dos prêmios aos executivos também levam em consideração a valorização do preço das ações de emissão da Companhia em bolsa. Este plano é hoje voltado exclusivamente para os executivos não estatutários da Companhia.

Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações de emissão da Bemobi Mobile Tech S.A.

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 11 de março de 2022 aprovou um Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações, cujos pagamentos aos executivos estão condicionados a permanência na Companhia e podem, por deliberação do Conselho de Administração, também estar vinculados a objetivos a serem alcançados. O plano é, ao final, liquidado em ações da Companhia e, portanto, os efetivos valores disponibilizados ao executivo dependem da valorização do preço das ações de emissão da Companhia em bolsa. Este plano é voltado exclusivamente aos diretores estatutários da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	4
Nº total de membros remunerados	N/A	4
Outorga de opções de compra de ações		

Data de outorga	N/A	01/01/2022
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Nota 1 - Em 14 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o primeiro programa sob o Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações de emissão da Bemobi Mobile Tech S.A. Todavia, não foram outorgadas opções de ações aos beneficiários, mas sim ações em si, tratando o programa, consequentemente, em um bônus pago em ações.

Nota 2 – Nos termos e condições do primeiro programa do Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações de emissão da Bemobi Mobile Tech S.A., os beneficiários receberão as respectivas ações em quatro tranches distintas, sendo 25% a cada ano entre 2023 e 2026.

Remuneração baseada em ações para o exercício social de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	2
Nº total de membros remunerados	N/A	2
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	N/A	09/02/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(e) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(f) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(g) Das opções exercidas durante exercício social	N/A	N/A
(h) Das opções expiradas durante exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Nota 1 - O plano de incentivo de longo prazo não se trata de opções de ações, não havendo liquidação em ações da Cia ou no valor de ações da Cia. O plano de incentivo de longo prazo (Phantom) trata-se da outorga de um número virtual baseado em ações da Cia, o qual é liquidado em dinheiro considerando o delta positivo da variação do preço da ação no período. O

inteiro teor do plano de incentivo de longo prazo encontra-se disponível no website da Cia

Nota 2 – Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, este será liquidado em tranches distintas o primeiro grupo de beneficiários terá suas tranches liquidadas da seguinte forma (a) 50% em 1º de outubro de 2021, (b) 25% em 20 de abril de 2022 e (c) 25% em 20 de novembro de 2022. O segundo grupo terá suas tranches liquidadas em parcelas de 25%, a primeira em 2022 e a última em 2025.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31.12.2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	3
Nº total de membros remunerados	N/A	2
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	N/A	01.10.2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.455
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	25% das opções outorgadas são exercíveis a cada período de 12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	48 meses a partir da data do exercício de cada tranche
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	NOK 9.988,00

(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	NOK 9.988,00
(c) Das opções exercidas durante exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	NOK 4.619,33
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	(1)

(1) O plano envolve a outorga de opção de compra de ações da Bemobi Holding AS, controladora direta da Companhia, não havendo impacto de diluição na Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31.12.2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	2
Nº total de membros remunerados	N/A	1
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	N/A	01.10.18
Quantidade de opções outorgadas	N/A	856
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	25% das opções outorgadas são exercíveis a cada período de 12 meses

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	48 meses a partir da data do exercício de cada tranche
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	NOK 9.988,00
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	NOK 9.988,00
(c) Das opções exercidas durante exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	NOK 4.619,33
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	(1)

(1) O plano envolve a outorga de opção de compra de ações da Bemobi Holding AS, controladora direta da Companhia, não havendo impacto de diluição na Companhia.

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Na data deste Formulário de Referência, não há opções de ações de emissão da Companhia em aberto.

13.7 – Opções exercidas e ações entregues

Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações de emissão da Bemobi Mobile Tech S.A.

Não há opções da Companhia exercidas e não entregues aos administradores da Companhia.

Plano de Incentivo baseado em ações da Bemobi Holding AS – aprovado em 01 de outubro de 2018.

Não há opções da Companhia exercidas e não entregues aos administradores da Companhia. Tendo o plano sido encerrado em 2021.

13.8 – Precificação das Ações/Opções

Plano de Opção de Compra de Ações da Bemobi Holding AS

A Companhia informa que sua controladora, a Bemobi Holding AS instituiu, em 01 de outubro de 2018, um plano de stock option cujos beneficiários são seus colaboradores, inclusive colaboradores de suas controladas. O stock option foi substituído Plano de Incentivo de Longo Prazo e Plano de Prêmio de Superação, referenciados em ações, da Bemobi Mobile Tech S.A – aprovado pela Assembleia Geral em 28 de dezembro de 2020, passando a Companhia a adotar um plano de incentivo de longo prazo, conforme acima indicado. O stock option é detalhado conforme a seguir:

(a) modelo de precificação

O valor justo do plano de opções de ações da Bemobi Holding AS foi estimado com base no modelo de precificação de opções *Black & Scholes*.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Os dados utilizados na precificação das opções foram como segue:

A precificação do *Enterprise Value* da Bemobi Holding AS para fins de Programa de Opção de Ações se baseou na negociação entre os controladores da Bemobi Holding AS – Otello Corporation ASA – e executivos e levou em consideração condições de mercado e parâmetros discutidos entre ambas as partes.

O valor fixado nesta avaliação foi equivalente a USD 210 milhões, que levou ao preço de exercício das opções a NOK 9.988,00.

A partir do preço de exercício das opções, foi calculado valor justo das opções na data de vigência de sua outorga, com base no método *Black & Scholes*, para fins de reconhecimento contábil das despesas com o Plano de Opções de Ações ao longo do período de carência para

aquisição do direito de exercício (*vesting*) das Opções.

Volatilidade esperada: 52,03% (desvio-padrão com base na média de grupos comparáveis)

Prazo de vida da opção: 48 meses (como *vesting period*)

Dividendos esperados: não foi considerada no modelo qualquer estimativa de *dividend yield*

Taxa de juros livre de risco: 1,58%

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Note-se que para as opções tal cálculo aplica-se o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, registrando tal despesa como despesas ao longo do período de carência das opções. O exercício das opções poderá ser antecipado no caso de oferta pública inicial da Bemobi Holding AS ou ocorrência de sua venda. Os efeitos esperados de exercício antecipado em virtude de evento de liquidez não são considerados no caso em tela.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para a determinação da volatilidade esperada, foi utilizado o método de desvio padrão utilizando-se como base a média de empresas comparáveis à Bemobi Holdings AS a partir do banco de dados fornecido por empresa de assessoria especializada no tema.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica das opções foi utilizada na mensuração do valor justo.

Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações de emissão da Bemobi Mobile Tech S.A.

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 11 de março de 2022 aprovou

um Plano de Incentivo de longo Prazo mediante Outorga de Ações ou Opções de Compra de Ações, cujos pagamentos aos executivos estão condicionados a permanência na Companhia e podem, por deliberação do Conselho de Administração, também estar vinculados a objetivos a serem alcançados. O plano é, ao final, liquidado em ações da Companhia e, portanto, os efetivos valores disponibilizados ao executivo dependem da valorização do preço das ações de emissão da Companhia em bolsa.

(a) modelo de precificação

O valor justo do Plano de Incentivo de longo Prazo é baseado em condições não mercado e, cumprida a condição de vesting, indexado ao valor de negociação das ações da Companhia.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

A premissa utilizada para mensuração do valor do plano foi o preço de negociação das ações da Companhia na bolsa de valores. Considerando que todas as ações objeto do plano outorgadas com relação ao exercício social de 2022 seja efetivamente recebidas, ou seja, que haja o vesting das ações, assim como as estimativas da Companhia sobre a performance de seus negócios, da economia, etc. (cujas acuracidades a Companhia não pode assegurar face a elementos tais como eventos fora de seu controle e/ou imprevisibilidade de eventos futuro), no preço atual das ações da Companhia (aproximadamente R\$16,00/ ação), o Plano implicaria em uma despesa de aproximadamente 18.100.0000,00 milhões no exercício social de 2022, não computando-se a dedutibilidade no imposto de renda e contribuição social.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 – Participações detidas por órgão

Órgão administrativo	Ações ordinárias	Participação
Conselho de Administração	630.500	0,694%
Diretoria*	2.826.474	3,109%
Total	3.456.974	3,803%

* As ações detidas por membro do Conselho de Administração que também ocupa cargo na Diretoria foram contabilizadas neste campo.

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não oferece plano de previdência complementar aos seus administradores.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária*		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	2	2,25	2
Nº de membros remunerados	2	2,25	2
Valor da maior remuneração (Reais)	1.607.223,64	1.983.324,27	2.284.458,54
Valor da menor remuneração (Reais)	1.607.223,64	837.934,24	1.899.923,47
Valor médio da remuneração (Reais)	1.729.582,22	2.185.126,82	2.092.191,01

* Em 2019, a Companhia encontrava-se sob a forma de sociedade limitada, de forma que não possuía Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Em 2021 não possuía Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Observação

Diretoria Estatutária*	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração individual da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando-se a exclusão dos membros da diretoria que exerceram os cargos e funções por menos de 12 meses do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração individual da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do

31/12/2019

exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração individual da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

* Em 2019, a Companhia encontrava-se sob a forma de sociedade limitada, de forma que não possuía Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Valores anuais

	Conselho de administração *		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5	0	0
Nº de membros remunerados	3	0	0
Valor da maior remuneração (Reais)	162.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	162.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	162.000,00	0,00	0,00

* Em 2019, a Companhia encontrava-se sob a forma de sociedade limitada, de forma que não possuía Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Em 2021 não possuía Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Observação

Conselho de administração*	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019. A maior remuneração individual da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses de exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Dois membros do conselho de administração renunciaram suas remunerações.
31/12/2020	Não se aplica
31/12/2019	Não se aplica

* Em 2019, a Companhia encontrava-se sob a forma de sociedade limitada, de forma que não possuía Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores, diretores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2021	N/A	N/A	N/A
Exercício encerrado em 31/12/2020	N/A	N/A	N/A
Exercício encerrado em 31/12/2019*	N/A	N/A	N/A

* Em 2019, a Companhia estava constituída na forma de sociedade limitada.

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável.

13.16 – Outras informações relevantes

Não aplicável